



RELATÓRIO GESTÃO E CONTAS 2016



EMPRESA MUNICIPAL ESTACIONAMENTO DE SINTRA
E.M. SA



ÍNDICE

Luiz
✓
sp

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	1
2. O ESTACIONAMENTO SUPERFÍCIE	3
1.2 A RECEITA ESTACIONAMENTO SUPERFÍCIE	6
3. OS PARQUES DE ESTACIONAMENTO	10
4. AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	16
5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	26
6. EVENTOS SUBSEQUENTES	27
7. PERSPECTIVAS FUTURAS	28

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

Facto importante e relevante na actividade da EMES EM SA em 2016 ocorre curiosamente no dia 30 de dezembro de 2016. Trata-se da assinatura do Acordo de Gestão entre o Município de Sintra e a EMES para a gestão dos parques de estacionamento de Agualva e Massamá.

Com a assinatura deste acordo a EMES passará a gerir mais 890 lugares de estacionamento na Linha de Sintra reforçando a sua capacidade de oferta e criando condições para a implementação de uma política de mobilidade integrada.

No entanto e tratando-se de um documento de prestação de contas, importará destacar desde logo que a EMES volta a apresentar resultados positivos, registando inclusive uma melhoria quando comparados com os resultados do ano anterior. O resultado do exercício de 2016, sendo positivo, ascende a 145.170,72€ e traduz na sua essência, o compromisso assumido por este Conselho de Administração perante o seu accionista de garantir a manutenção de apresentação de resultados positivos e dando continuidade ao trabalho de anos anteriores.

Sinteticamente em termos da actividade da empresa no decorrer de 2016 destaca-se a adequação tarifária zonas de estacionamento de duração limitada da Vila e da Portela de Sintra complementada com o desenho inicial de estacionamento de periferia e de apoio ao Centro Histórico, a alteração do sistema de controlo de acessos e a implementação de um sistema de gestão da iluminação no parque de estacionamento do Mercado Municipal do Cacém contribuindo para o reforço da qualidade do equipamento e igualmente para a implementação de medidas de poupança energética.

Ainda em relação à actividade da empresa no ano de 2016 existem dois projectos que pela sua relevância merecem especial destaque: A continuação do projecto park&ride (iniciado em Dezembro de 2015) e aplicável aos parques geridos pela EMES na linha de Sintra e a implementação do projecto de transfer gratuito de comboio para os utilizadores do parque de estacionamento do interface da Portela de Sintra entre aquela estação e a estação de Sintra.

Ambos os projectos referidos anteriormente, são apenas um pequeno, mas ainda assim significativo, contributo para a criação de condições com vista à adopção de uma política de mobilidade que fomente a utilização de transportes públicos em detrimento da utilização da viatura particular e sobretudo, no caso do projecto de transfer gratuito de comboio da Portela de Sintra para Sintra, um exemplo do que deve ser equacionado ao nível do estacionamento de periferia.

À semelhança de anos anteriores, 2016 não foi excepção no que concerne a desafios para a empresa. Mas também não foi excepção a superação por parte de toda estrutura, algo que este Conselho de Administração não pode deixar de registar.

No âmbito de prestação de contas em que o mais importante é certamente avaliar a actividade da empresa, não podemos, no entanto, deixar de projectar o futuro. Um futuro de muitos desafios, de muito trabalho e onde a capacidade de sacrifício da empresa será novamente colocada à prova não só com a abertura dos parques de estacionamento referidos inicialmente como também com o desenvolvimento de outros projectos que vão demonstrar, de forma clara e inequívoca, que a EMES EM SA tem saber e experiência para contribuir para uma política municipal de mobilidade.

2. O ESTACIONAMENTO SUPERFÍCIE

No decorrer de 2016 foram emitidos um total de 38.799 avisos de regularização. Analisando a evolução registada no período 2013-2016 constatamos um decréscimo significativo quando comparamos a emissão de avisos de regularização emitidos em 2016 com os avisos de regularização emitidos no ano de 2014 (ano com maior expressividade no período em análise). A variação registada entre o ano de 2016 e de 2015 no que concerne à emissão de avisos de regularização é residual.

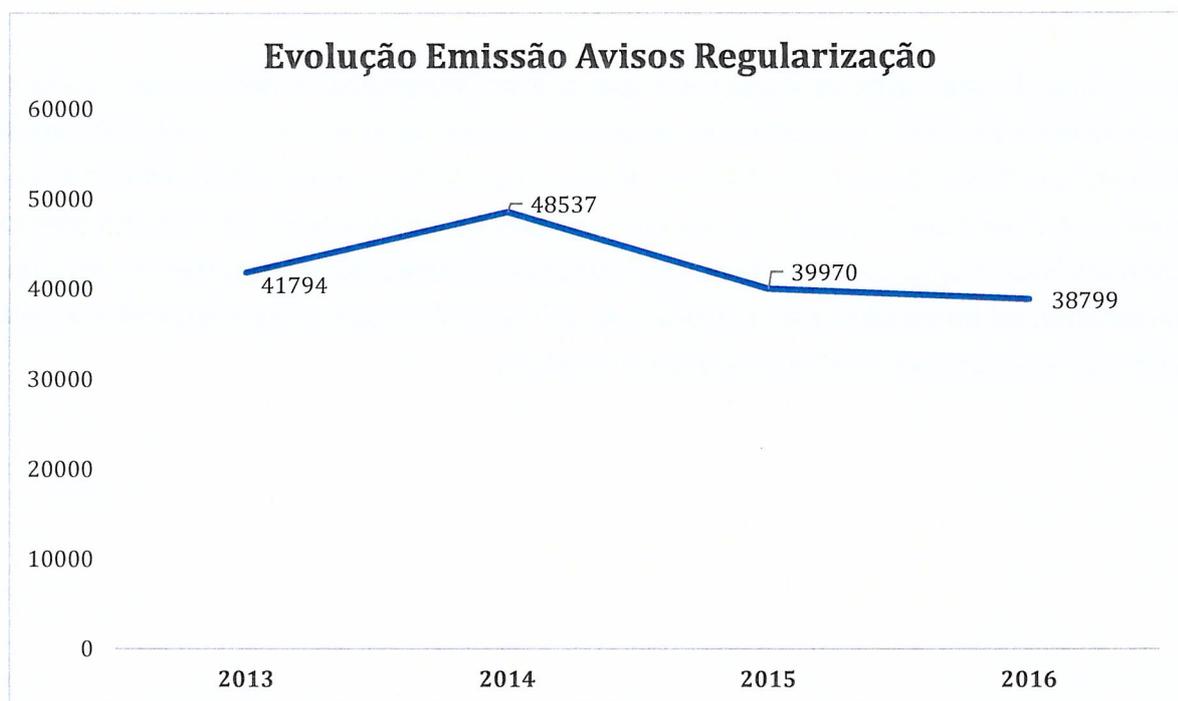


Gráfico I: Evolução emissão avisos regularização 2013-2016

Analisando a emissão de avisos por zona de estacionamento de duração limitada, concluímos, sem grande surpresa, que a zona da Vila de Sintra é a que apresenta um maior nível de incumprimento, representando 66% do total dos avisos de regularização emitidos em 2016, seguida pela zona da Portela de Sintra com 24% do total de avisos emitidos e finalmente a zona da Estefânea com 10%.

	2016	Porcentagem
Avisos Emitidos Portela Sintra	9.312	24%
Avisos Emitidos Estefânea	3.851	10%
Avisos Emitidos Vila	25.636	66%

Quadro I: Avisos emitidos 2016 por Zona de Estacionamento de Duração Limitada

Esta disparidade em relação ao número de avisos emitidos por zona de estacionamento de duração limitada tem explicação sobretudo pelo princípio básico da lei da procura e da oferta. Sendo as zonas da Portela de Sintra e da Estefânea, zonas com cariz marcadamente residencial e onde, sobretudo na zona da Portela, existe estacionamento gratuito é normal que o número de estacionamento em regime de rotação seja francamente menor do que o registado na Vila de Sintra. Em consequência quanto maior é o nível de estacionamento em regime de rotação maior é a probabilidade de detecção de infracção.

A representação gráfica da distribuição do número de avisos de regularização por Zona de Estacionamento de Duração Limitada é a que se apresenta de seguida:

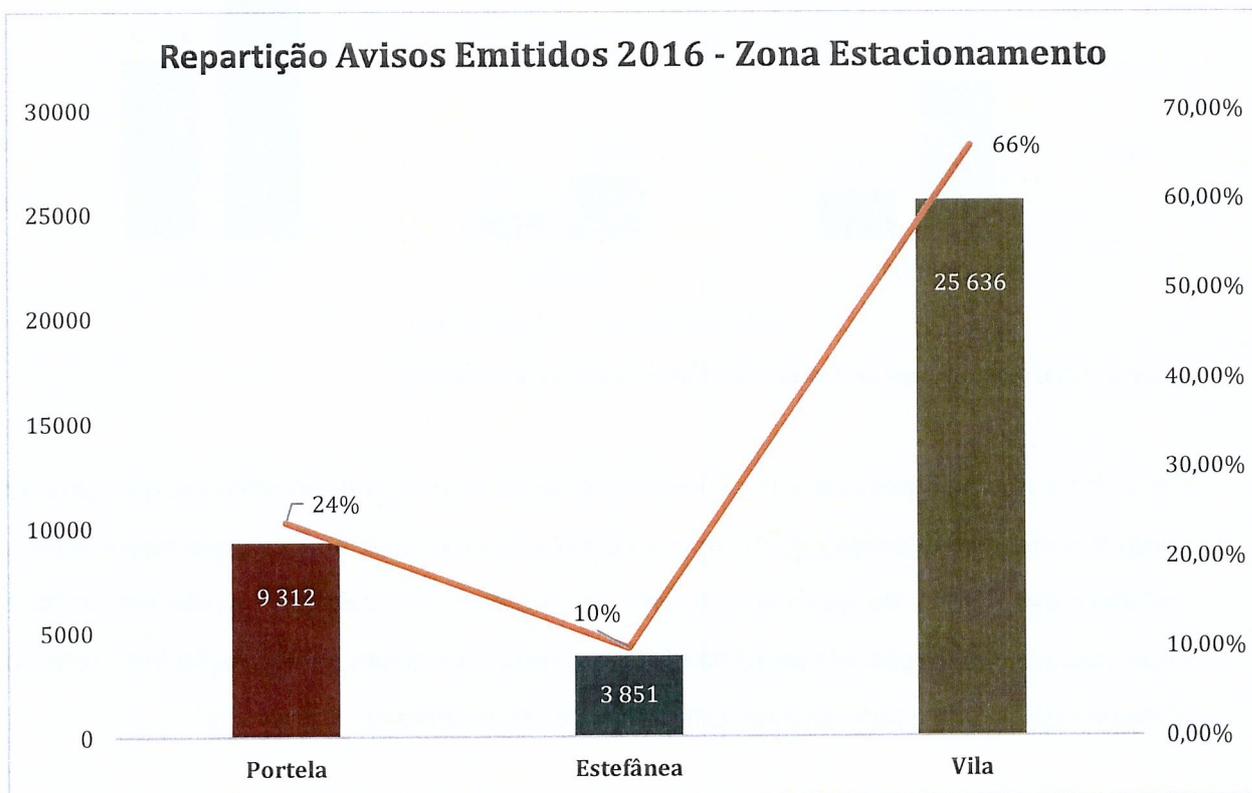


Gráfico II: Repartição avisos regularização por zona estacionamento duração limitada - 2016

Uma outra análise importante ao nível dos avisos de regularização é o nível de pagamento dos mesmos. Assim dos, 38.799 avisos de regularização emitidos em 2016, 15.131 foram liquidados também no decorrer de 2016 o que se traduz numa percentagem de pagamento na ordem dos 39%.

Desagregando por zona de estacionamento de duração limitada, constatamos que a maior percentagem de avisos de regularização liquidados regista-se na zona da Estefânea (43%), seguida da Vila de Sintra (41%) e por fim a zona da Portela com 32%

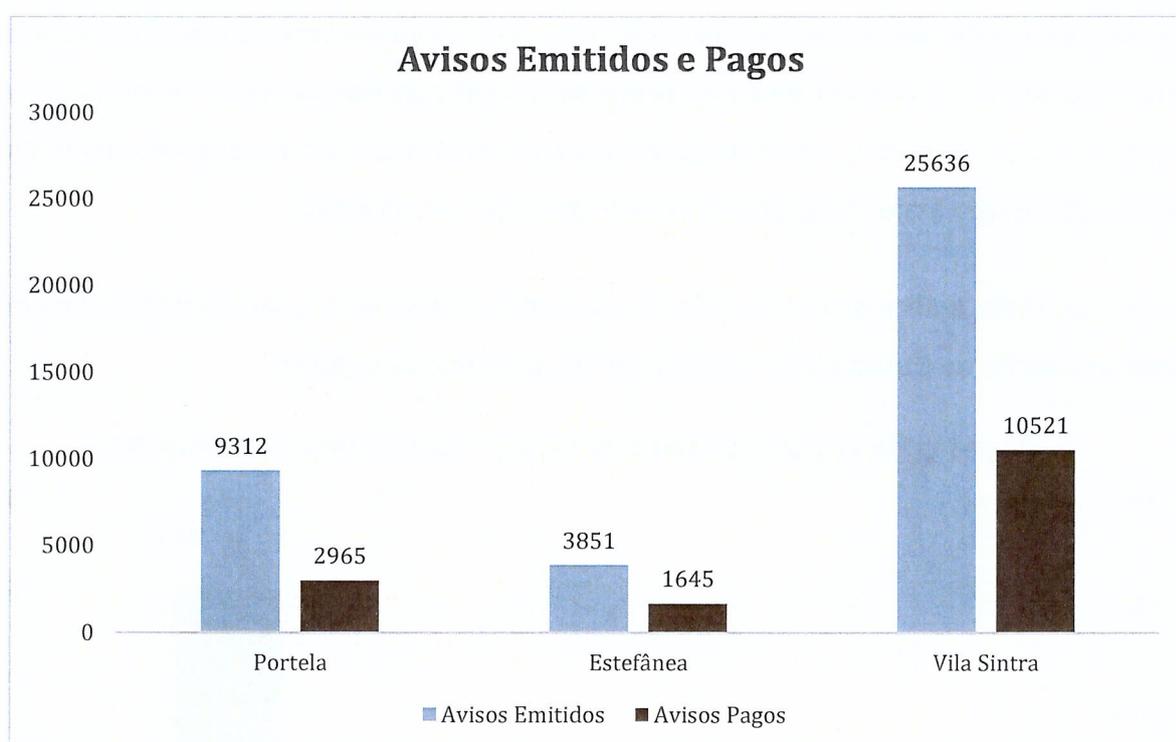


Gráfico III: Avisos emitidos e pagos em 2016 por Zona Estacionamento Duração Limitada

De forma a que seja possível a implementação de uma política de mobilidade que garanta cumprimento da legislação rodoviária e sobretudo que contribua decisivamente para a melhoria significativa da qualidade de vida de quem reside, trabalha e visita em Sintra é imperioso uma actuação por parte da EMES em toda a extensão da legislação bem como o alargamento da actividade da empresa para áreas de mobilidade sustentável.

1.2 A RECEITA ESTACIONAMENTO SUPERFÍCIE

Relativamente à receita resultante do estacionamento à superfície (parquímetros, pagamento de avisos, pagamento móvel estacionamento, cartões de residente (incluindo anuidades) e cedências de espaço), regista-se um acréscimo assinalável quando comparada com a receita de 2015. No ano de 2016 a EMES registou uma receita de 666.406€ contra os 596.620 de 2015 traduzindo-se num crescimento na ordem dos 69.786€.

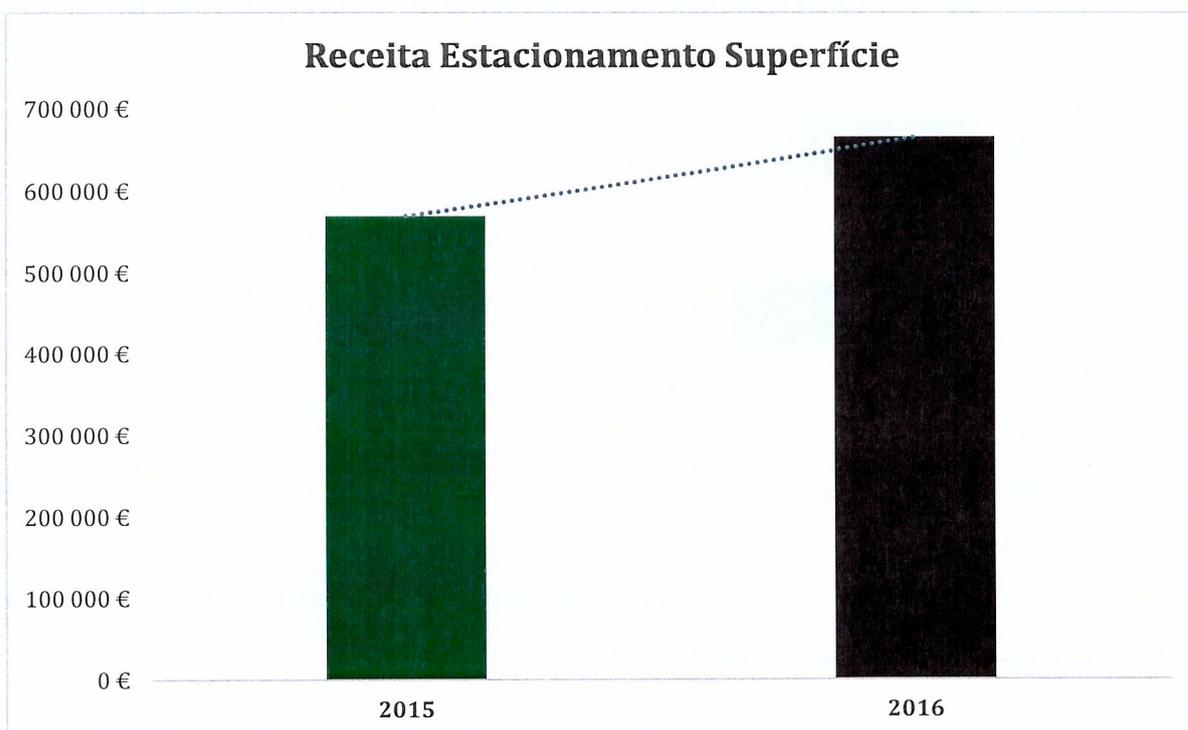


Gráfico IV: Análise comparativa receita estacionamento superfície 2015-2016

Percentualmente a receita do estacionamento à superfície representa sensivelmente 75% do total da receita arrecadada pela EMES no decorrer de 2016.

No âmbito da receita do estacionamento à superfície, pela sua relevância, apenas será analisada a receita que resulta directamente dos parquímetros. Assim e sem nenhuma surpresa, a receita resultante da zona da Vila de Sintra é que regista maior impacto nas contas da EMES, seguida da zona da Portela de Sintra e por fim pela zona da Estefânea.

A receita dos parquímetros da Vila de Sintra ascendeu a 388.871€, a receita da Portela de Sintra a 112.201€ e por fim a receita da Estefânea a 85.670€. Factor de especial interesse é o peso que a receita dos parquímetros da Vila de Sintra representam sobre a totalidade da receita da EMES (44%) o que obrigará a que qualquer medida que seja equacionada em matéria de estacionamento nesta zona deverá ter presente a importância que a mesma tem para a empresa.

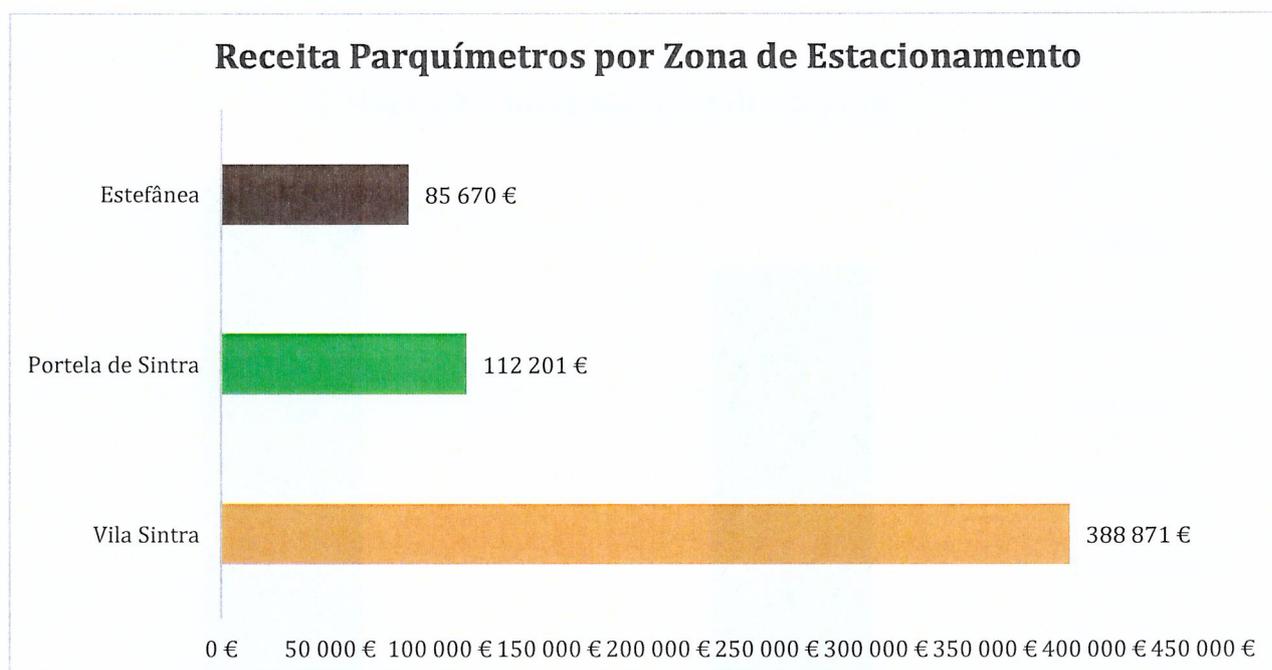


Gráfico V: Receita parquímetros por zona de estacionamento - 2016

A discussão em torno das questões do estacionamento, sobretudo na zona da Vila de Sintra, tem vindo a ganhar especial relevância, potenciada, em muito, pelo aumento do número de visitantes. No entanto desta discussão não se poderá concluir de imediato que existe falta de estacionamento na zona da Vila de Sintra sem equacionar igualmente se eventualmente não existirá um desajustamento entre a oferta e a procura de estacionamento com carácter sazonal. Esta última questão poderá se revelar de extrema utilidade na avaliação de novos investimentos a realizar.

Não sendo elemento único ao nível desta discussão, a análise do comportamento da receita do estacionamento à superfície (parquímetros) por zona e por mês poderá contribuir de alguma forma para um maior conhecimento da realidade.

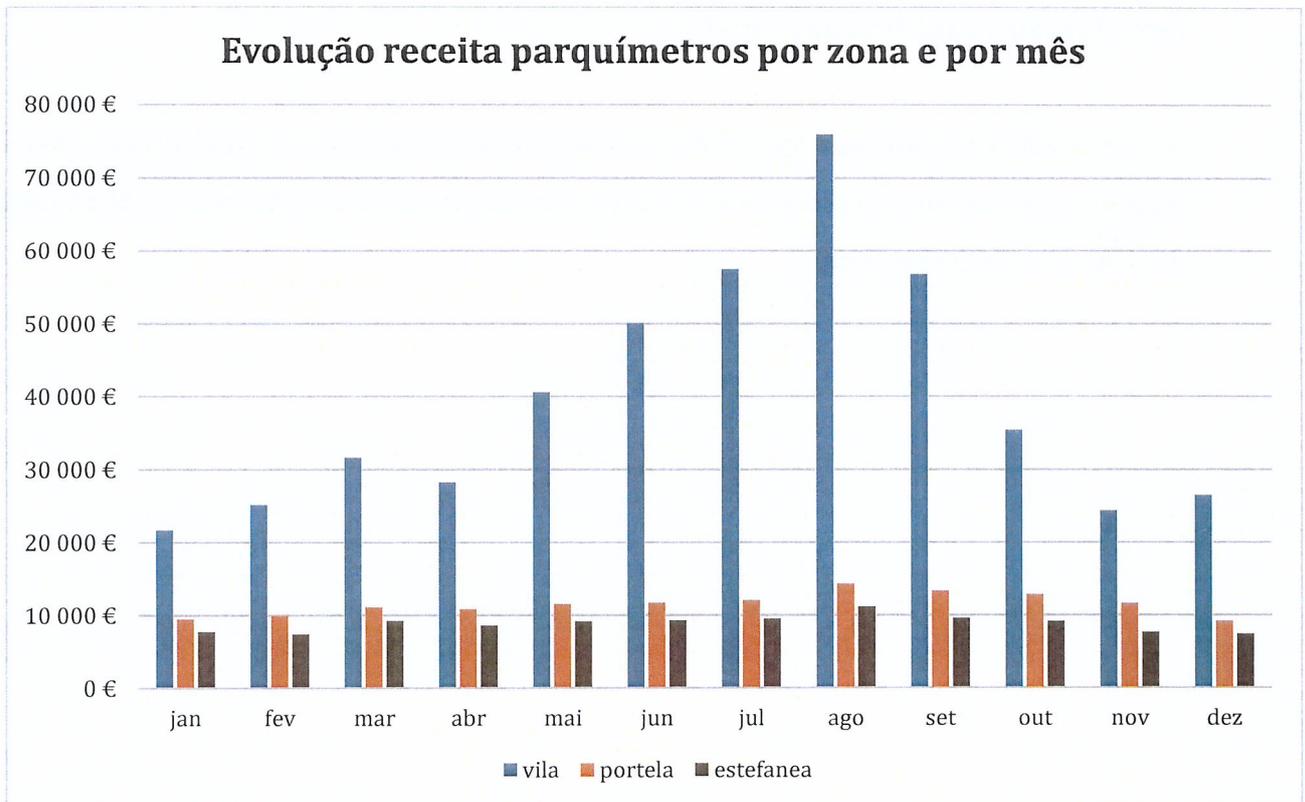


Gráfico VI: Receita parquímetros por zona de estacionamento e por mês – 2016

Pela análise gráfica, além da evidente diferença ao nível da receita arrecada entre a zona da Vila de Sintra e as restantes zonas, fica também evidente um crescimento gradual da receita sobretudo entre os meses de maio e agosto, decrescendo posteriormente a partir do mês de Setembro (muito embora o mês de Setembro ainda registe uma receitas significativa).

Embora em muito menor escala, é ainda assim digno de registo o comportamento da receita na Zona da Portela de Sintra, já que, nos meses tradicionalmente mais fracos em termos de procura de estacionamento nesta zona (julho, agosto e setembro) regista-se um acréscimo da receita. A este acréscimo de receita não é certamente indissociável a estratégia de parques de estacionamento de periferia implementada pela EMES em colaboração com a Câmara Municipal de Sintra, com o direccionamento de algum do estacionamento destinado

para o Centro Histórico de Sintra para aquela Zona, rentabilizando a ocupação do parque de estacionamento da Praça D. Afonso Henriques (Urbanismo) – P2, o parque de estacionamento do Interface da Portela de Sintra – P1 e por fim a zona de estacionamento de longa duração junto à estação de comboios da Portela de Sintra (Largo Vasco da Gama e Largo Francisco Cordeiro Baptista) – P3.

Por fim e ainda em relação à receita do estacionamento à superfície, o valor arrecadado do pagamento de avisos que ascende a 40.324€, representando aproximadamente 5% do total da receita da EMES em 2016.

3. OS PARQUES DE ESTACIONAMENTO

Em complemento ao estacionamento à superfície a outra área de actividade da EMES EM SA são os parques de estacionamento (cobertos e à superfície). Em termos globais a EMES tem a seu cargo a gestão global de 2.077 lugares de estacionamento em parques, divididos entre parques cobertos (322 lugares) e parques à superfície (1.755) e que representaram no ano de 2016 uma percentagem de 25% da receita total da empresa.

Comparativamente à receita do ano anterior regista-se um aumento residual (602,€) no cômputo geral dos parques de estacionamento. No entanto a receita resultante dos parques de estacionamento cobertos apresenta um decréscimo de 726,00€ em 2016 quando comparado com o ano de 2015 e em sentido inverso regista-se um aumento da receita dos parques de estacionamento à superfície de 1.327€.

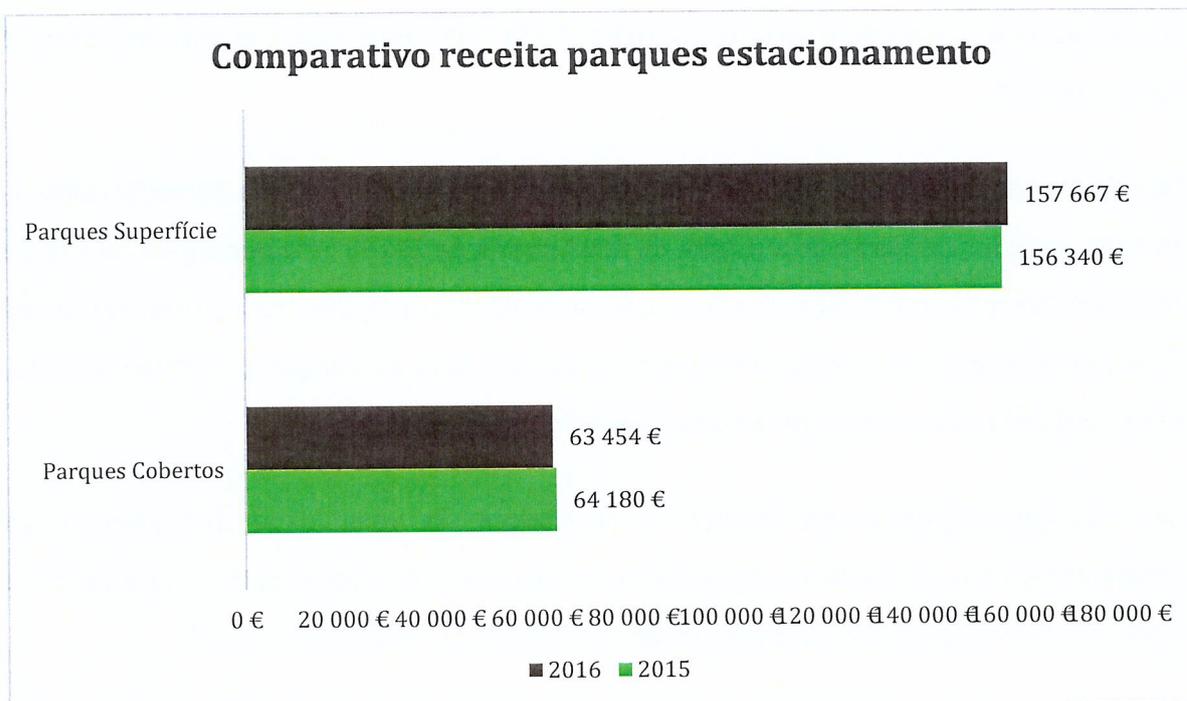


Gráfico VI: Análise comparativa receita parques estacionamento (cobertos e à superfície) 2015-2016

Os parques de estacionamento cobertos (Parque Edifício Sintra e Parque Mercado Municipal do Cacém) registaram uma receita líquida no ano de 2016 no montante de 63.454€ (7% da receita total) sendo que deste montante o Parque de Estacionamento do Mercado Municipal

do Cacém registou uma receita de 47.446€ contra os 16.008€ do Parque de Estacionamento do Edifício Sintra.

No caso do parque do Mercado Municipal do Cacém a existência de estacionamento gratuito em toda a envolvente do parque retira qualquer rotatividade ao espaço (exemplo é a receita obtida em rotação no ano de 2016 que ascendeu apenas a 2.380€), o que acaba por dar ao parque de estacionamento um cariz essencialmente residencial com todas as condicionantes daí resultantes.

Por outro lado, os parques de estacionamento à superfície, mesmo com um crescimento muito ténue em relação a 2015 e ainda não atingindo os valores de 2014, continuam a representar uma parcela importante ao nível da receita arrecadada pela EMES, representando no final de 2016 sensivelmente 18% da receita total e ascendendo aos 157.667€. No entanto no final de 2014 a receita líquida resultante dos parques de estacionamento à superfície ascendeu a 164.478,50€ registando assim quebras nos anos de 2015 e de 2016.

Esta quebra da receita é justificada essencialmente pelo parque de Mira Sintra/Meleças (-15.338€ quando comparamos a receita de 2014 com a de 2016). Esta quebra na receita do Parque de Mira Sintra/Meleças resultou sobretudo da alteração dos horários dos comboios o que, em consequência, acaba por reduzir a atractividade do parque de estacionamento, não se vislumbrando a breve prazo uma alteração neste aspecto.

Esta situação registada em Meleças é reveladora da volatilidade dos parques de estacionamento e de como o comportamento dos mesmos está sujeito a uma série de variáveis externas que não são possíveis de controlar, nem mesmo minimizar.

Situação inversa à registada no parque de Mira Sintra Meleças é a do Parque do Interface da Portela de Sintra onde registamos um acréscimo da receita no ano de 2016 quando comparado com a receita de 2015 de 7.954€. Uma vez mais não nos parece ser possível dissociar o crescimento da receita do parque da Portela de Sintra da estratégia

implementada de criação de uma rede de parques periféricos e onde o parque do interface da Portela de Sintra assume um papel relevante.

De igual modo um dos projectos mais emblemáticos da EMES e que teve o seu início no decorrer de 2016, e que é paradigmático do que deve ser um parque de estacionamento de periferia ou de apoio, de transfer gratuito de comboio entre a estação da Portela de Sintra e a estação de Sintra (ida e volta) contribuiu decisivamente para um aumento da procura do estacionamento no parque em questão.

Esta solução permitiu que nos meses de Julho, Agosto e Setembro de 2016, fossem registados 290 utilizadores que estacionaram as suas viaturas no parque de estacionamento da Portela de Sintra e chegassem a Sintra de comboio.

Reconhece-se que existem condições de melhorar a procura deste tipo de solução e é algo que no decorrer de 2017 será uma das grandes apostas da EMES até porque entendemos que esta é a solução que poderá ajudar a minimizar o excesso de procura do estacionamento no Centro Histórico de Sintra e que esta é a aposta que deve ser efectuada ao nível dos parques de estacionamento de periferia.

Uma solução conjunta entre várias entidades que permita, com o contributo de todos, valorizar ainda mais o destino Sintra.

Apresenta-se de seguida a análise comparativa da receita dos parques de estacionamento (2015-2016) desagregada por tipologia e por parque:

RECEITA ROTAÇÃO PARQUE ESTACIONAMENTO		2015 a)	2016 b)	Varição b)-a)
Parques Cobertos	Parque Edifício Sintra	3.974 €	5.378€	1.404€
	Parque Mercado Cacém	291 €	2.380€	2.089€
Parques Superfície	Queluz/Belas	27 690 €	28.228€	538€
	Monte Abraão	4 201 €	3.972€	- 229€
	Mira Sintra/Meleças	4 731 €	2.489€	-2.242€
	Portela de Sintra	27 938 €	33.350€	5.412€

Quadro II: Receita rotação parques estacionamento 2015-2016

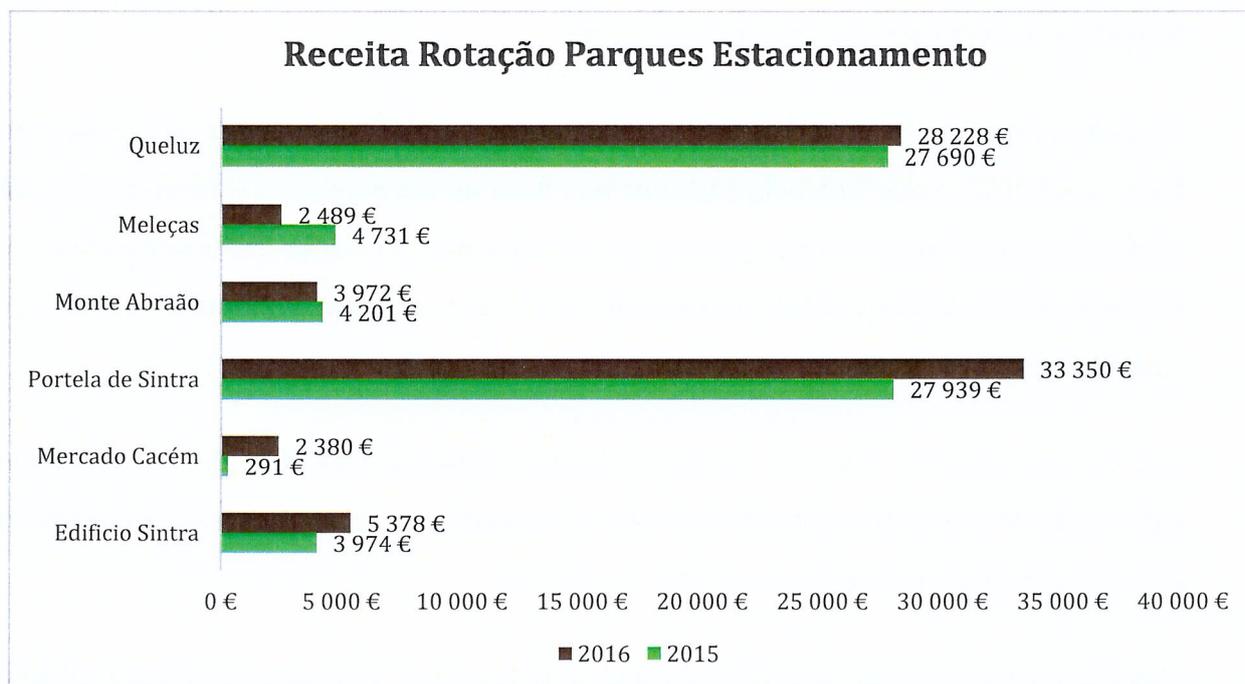


Gráfico VII: Representação gráfica receita rotação parques estacionamento 2015-2016

A par da rotação, a receita resultante de avenças mensais de estacionamento representam uma parte importante do total da receita gerada pelos parques de estacionamento. Curiosamente a receita de avenças tende a ser mais elevada do que a receita da rotação em parques cobertos do que em parques de estacionamento à superfície (exceção ao parque de Meleças). Esta situação é reveladora de desequilíbrios ao nível da tipologia da procura que importa alterar ou nivelar uma vez que a rentabilidade dos parques de estacionamento (sobretudo dos cobertos) resulta essencialmente da rotação e não das avenças mensais de estacionamento.

Os parques de estacionamento cobertos geridos pela EMES são um perfeito exemplo do desequilíbrio entre a procura ao nível das tipologias de estacionamento (rotação e avenças mensais, servindo de alerta para os casos dos parques de estacionamento de Massamá e de Agualva.

Apresenta-se de seguida a análise do comportamento da receita (avenças) parques de estacionamento no período 2015-2016:

RECEITA AVENÇAS PARQUE ESTACIONAMENTO

		2015 a)	2016 b)	Varição b)- a)
Parques Cobertos	Parque Edifício Sintra	9 084 €	9.881€	797€
	Parque Mercado Cacém	50 402 €	45.053€	-5.349€
Parques Superfície	Queluz/Belas	21 655 €	22.936€	1.281€
	Monte Abraão	4 408 €	3.806€	-602€
	Mira Sintra/Meleças	13 261 €	7.368€	-5.893€
	Portela de Sintra	22 318 €	24.687€	2.369€

Quadro III: Receita resultante subscrição de avenças parques estacionamento 2015-2016

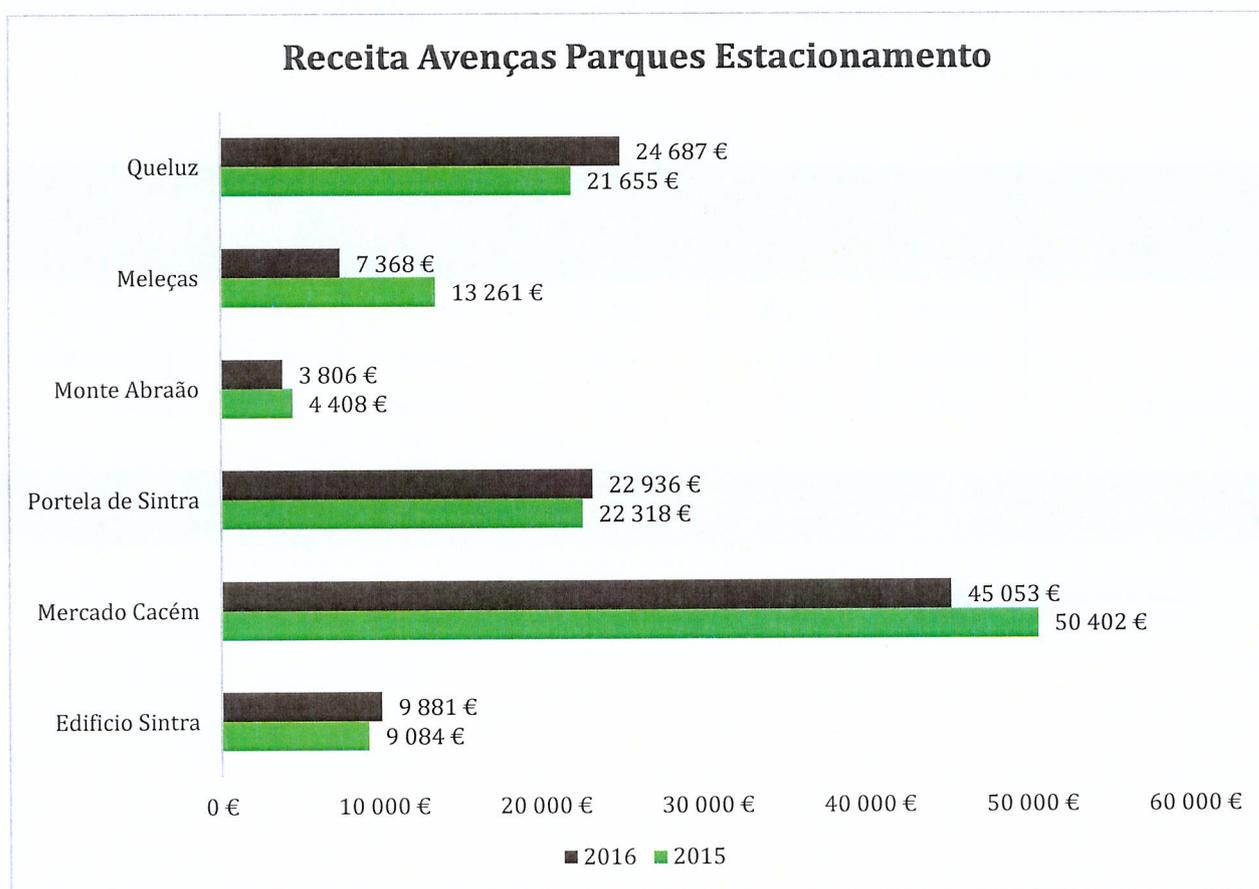


Gráfico VIII: Representação gráfica receita avenças parques estacionamento 2015-2016

Dos elementos apresentados anteriormente, constata-se que, ao nível da rotação as quebras registadas em Mira Sintra/Meleças e Monte Abraão são as únicas exceções num cenário de crescimento embora moderado.

No que se refere à receita resultante da contratualização de avenças mensais, o parque de estacionamento de Mira Sintra/Meleças e o do Mercado do Cacém apresentam cenários que motivam alguma preocupação, sobretudo o de Meleças porque a EMES não tem qualquer capacidade de intervir no horário nem oferta dos comboios.

No caso do parque de estacionamento do Mercado do Cacém é expectável que a situação se possa inverter na sequência da disponibilização de mais lugares de estacionamento destinados a avenças mensais que compensarão as saídas registadas em 2016 e também acrescentarão novos utilizadores.

Ao nível da receita merece igualmente destaque a receita resultante da cedência do parque de estacionamento à União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão que representou em 2016 uma receita de 30.488€.

RECEITA PARQUES ESTACIONAMENTO 2016	Edifício Sintra	Mercado Cacém	Parque Mira Sintra/Meleças	Parque de Monte Abraão	Parque Portela de Sintra	Parque de Queluz/Belas	TOTAL
Rotação	5.378€	2.380€	2.489€	3.972€	33.350€	28.228€	75.798€
Avenças	9.881€	45.053€	7.368€	3.806€	24.867€	22.936€	113.913€
Outros Rendimentos	748€	13€	163€	30.488€	-	-	31.411€
Total	16.008€	47.446€	10.020€	38.267€	58.217€	51.164€	221.121€

Quadro IV: Receita total parques estacionamento 2016

4. AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O ano de 2016 termina com um **Resultado Líquido do Exercício** positivo de 145.170,72€, representando uma melhoria quando comparado com o resultado dos exercícios de 2014 e de 2015.



Gráfico IX: Evolução resultado Líquido do Exercício 2013-2016

A nível das **Vendas e Serviços Prestados**, a EMES apresenta um crescimento sustentado desde o ano de 2011, registando-se um crescimento relevante entre os anos de 2015 e 2016 devido sobretudo ao aumento da receita resultante do estacionamento à superfície. De destacar que mantendo inalterada a sua estrutura de operação (parques de estacionamento e estacionamento à superfície) desde 2012 a receita da EMES neste período passou de 703.170€ em 2012 para 887.527€ em 2016 (crescimento de 26%).

Em termos de distribuição da receita, o estacionamento à superfície, à semelhança de anos anteriores continua a representar a maior fatia da receita da empresa, atingindo sensivelmente 75% do total da receita.

Seguem-se os parques de estacionamento à superfície com aproximadamente 18% e por fim os parques de estacionamento cobertos que representam apenas sensivelmente 7% do total da receita.



Gráfico X: Evolução Vendas e Serviços Prestados 2013-2016

	Estacionamento Superfície	Parques Cobertos	Parques Superfície
Vendas e Serviços Prestados 2016	666.406 €	63.454 €	157.667 €
Percentagem Receita Total	75%	7%	18%

Quadro V: receita 2016 repartida por tipologia de exploração

	2015 a)	2016 b)	Varição b)-a)
Estacionamento Superfície	569 620€	666.406€	96.786€
Parques Cobertos	64 180€	63.454€	-726€
Parques Superfície	156 340€	157.667€	1.327€

Quadro VI: Análise comparativa Vendas e Serviços Prestados 2015-2016 por tipologia de exploração

Analisando o quadro anterior constatamos que o maior aumento das Vendas e Serviços Prestados no ano de 2016 quando comparado com o ano de 2015, foi registada no estacionamento à superfície, tendo-se verificado uma redução da receita na área dos parques de estacionamento (cobertos) embora residual. Ao nível da receita proveniente do estacionamento à superfície constata-se que se manteve a tendência de crescimento ao longo dos últimos anos, potenciada no ano de 2016, pela alteração tarifária entretanto efectuada.

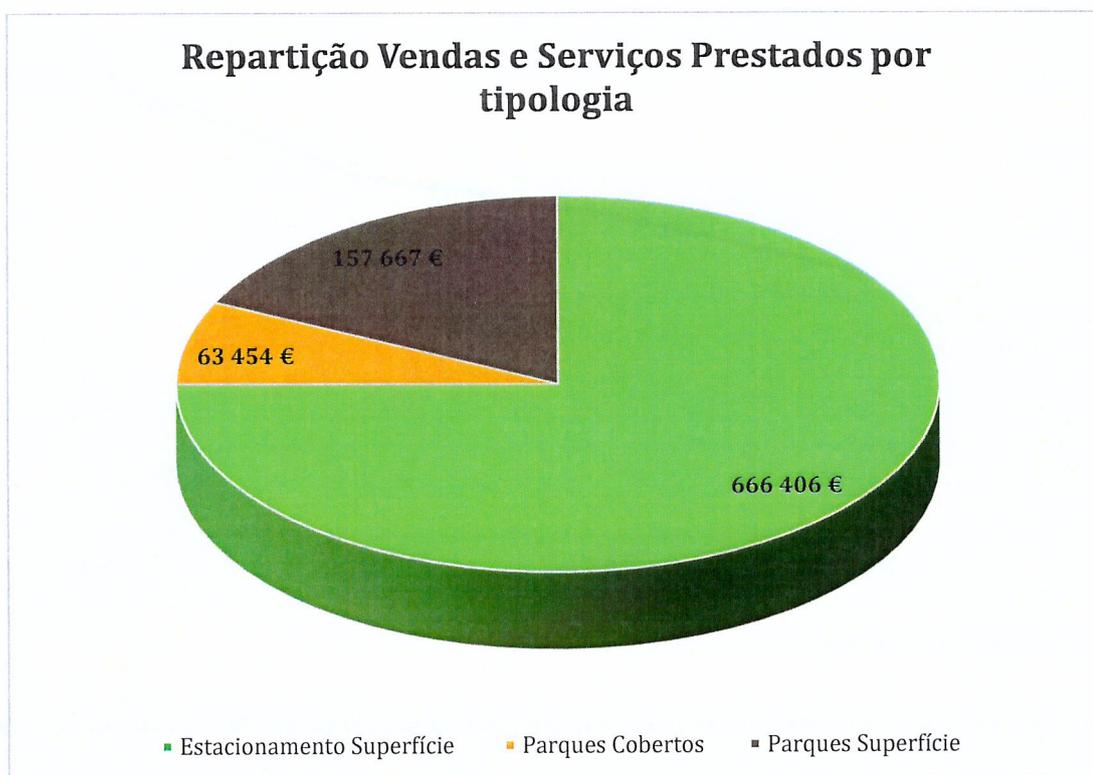


Gráfico XI: Representação gráfica distribuição Vendas e Serviços Prestados 2016 por tipologia de exploração

Os Fornecimentos e Serviços Externos registados em 2016 ascenderam a 303.532€ representando um acréscimo quando comparado com o ano anterior e representado uma variação em relação ao orçamentado para o ano de 2016 de sensivelmente 8%.

É necessário ter presente, em qualquer análise que se efectue, que a EMES EM SA tem vindo progressivamente a implementar novos projectos e a criar as condições necessárias para um crescimento da sua actividade que seja sustentado e sustentável, facto comprovado pela apresentação de resultados positivos e em melhoria em relação aos anos de 2014 e 2015. Naturalmente que com o crescimento da actividade da empresa a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos traduza também esse crescimento.

Ao nível das rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) com maior relevância destaca-se a Conservação e Reparação (sensivelmente 21%), Trabalhos Especializados (com aproximadamente 25%) e a rubrica de Rendas com aproximadamente 17% do total de FSE.

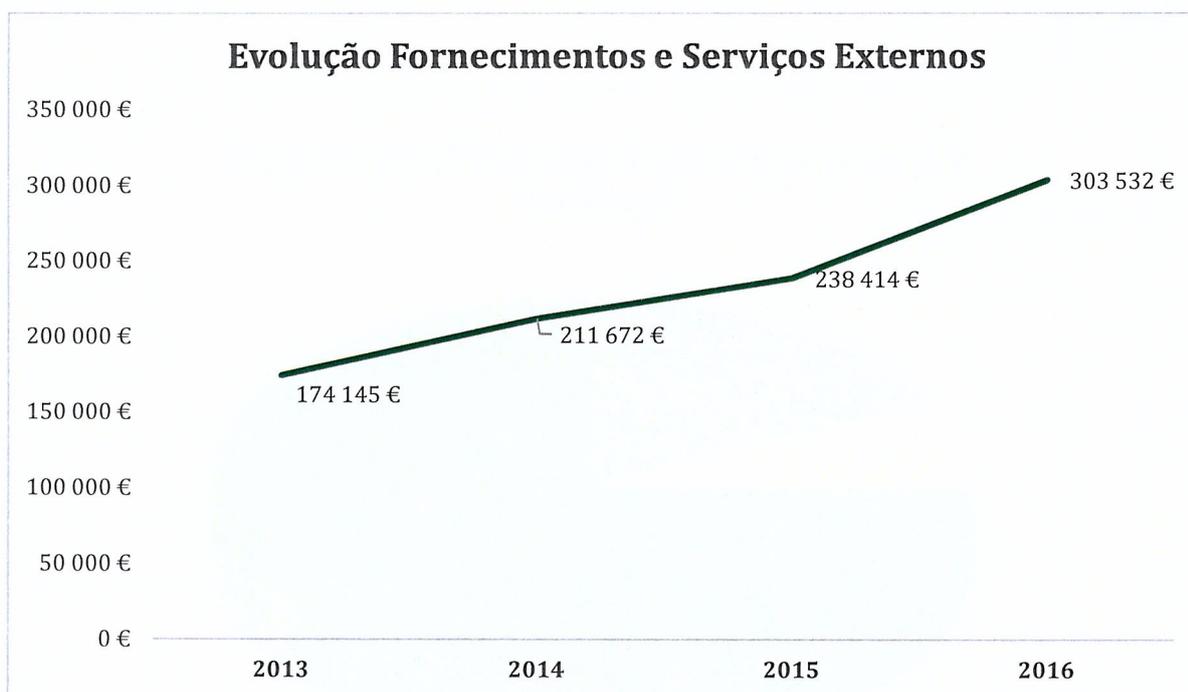


Gráfico XII: Evolução Fornecimentos e Serviços Externos 2013-2016

Os fornecimentos e serviços externos no ano de 2016 representaram 34% do total da receita arrecadada pela EMES, destacando-se a este propósito que são na íntegra suportados pelas receitas próprias da empresa.

Relativamente aos **Gastos com Pessoal** verifica-se um decréscimo quando comparamos o valor registado em 2016 com o valor de 2016. Este decréscimo justifica-se essencialmente pela saída do Vogal do Conselho de Administração que desempenhava funções executivas (remuneradas) e o tempo decorrido até à nomeação de novo Vogal do Conselho de Administração com funções executivas. No tempo que mediou a saída de um Vogal e a nomeação de um novo Vogal não sendo devida nenhuma remuneração naturalmente que esta situação teve impacto na rubrica de Gastos com Pessoal.



Gráfico XIII: Evolução Gastos com Pessoal 2013-2016

Para o ano de 2017 e em resultado da abertura dos parques de estacionamento de Massamá e de Agualva a rubrica de Gastos com Pessoal será uma das que registará maiores variações.

No gráfico seguinte podemos observar a evolução dos fornecimentos e serviços externos, vendas e serviços prestados, assim como a evolução da massa salarial da EMES no período compreendido entre 2013 a 2016 permitindo dessa forma uma visão mais global.

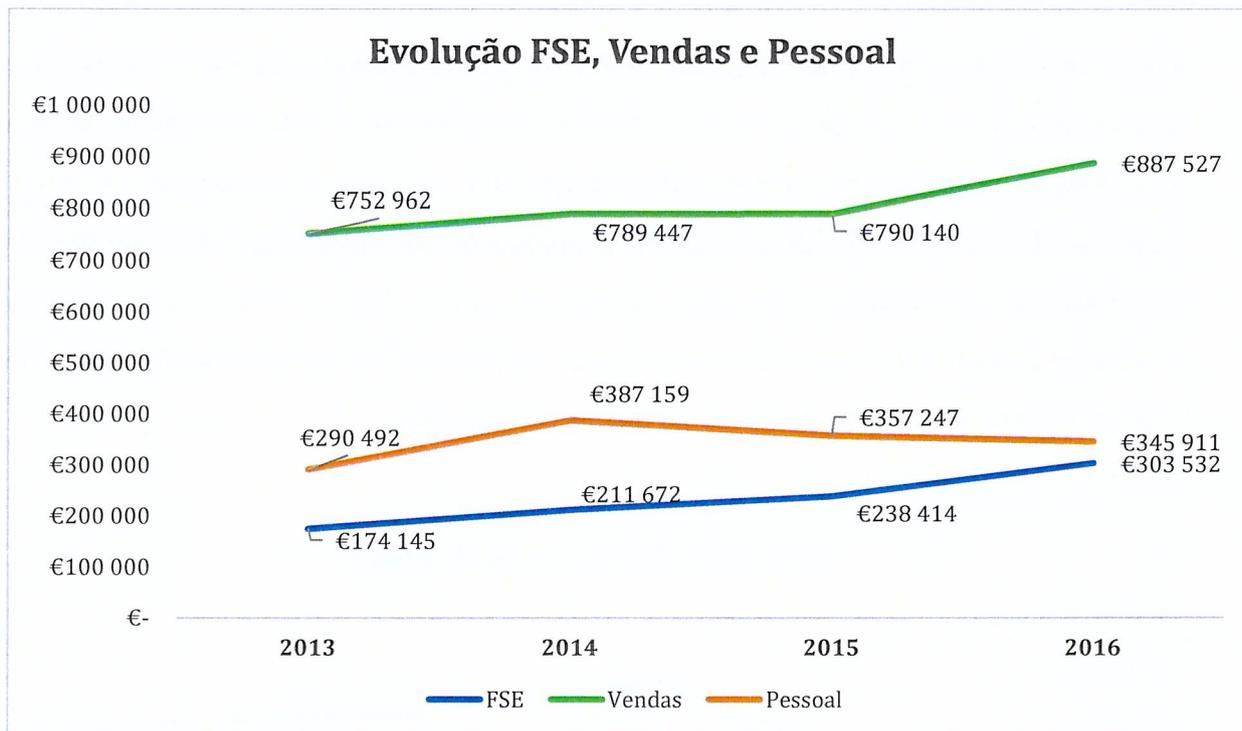


Gráfico XIV: Evolução vendas e serviços, fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal 2013-2016

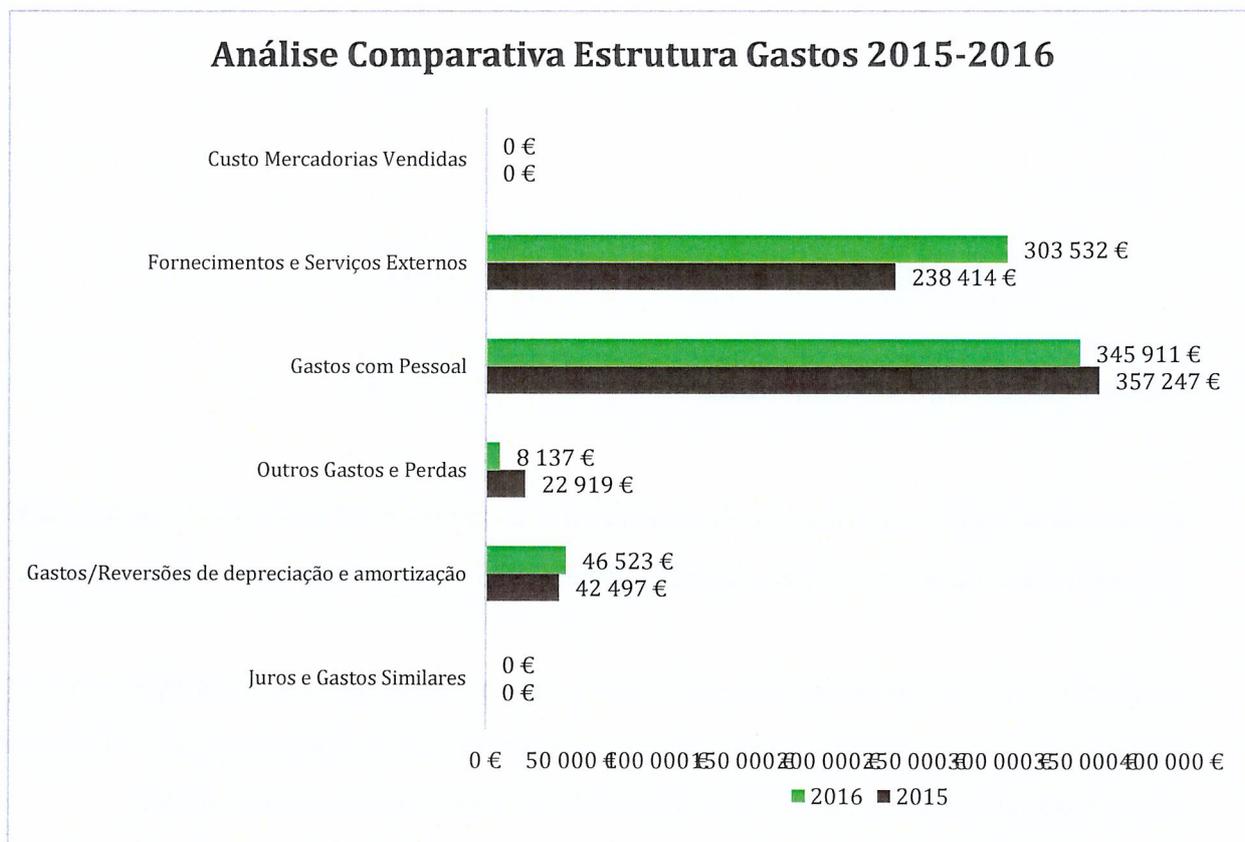


Gráfico XV: Análise Comparativa estrutura gastos 2015-2016

O **Capital Próprio** da EMES EM SA está em terrenos positivos e ascende a 1.220.698€ registando uma tendência de aumento desde o ano de 2011:

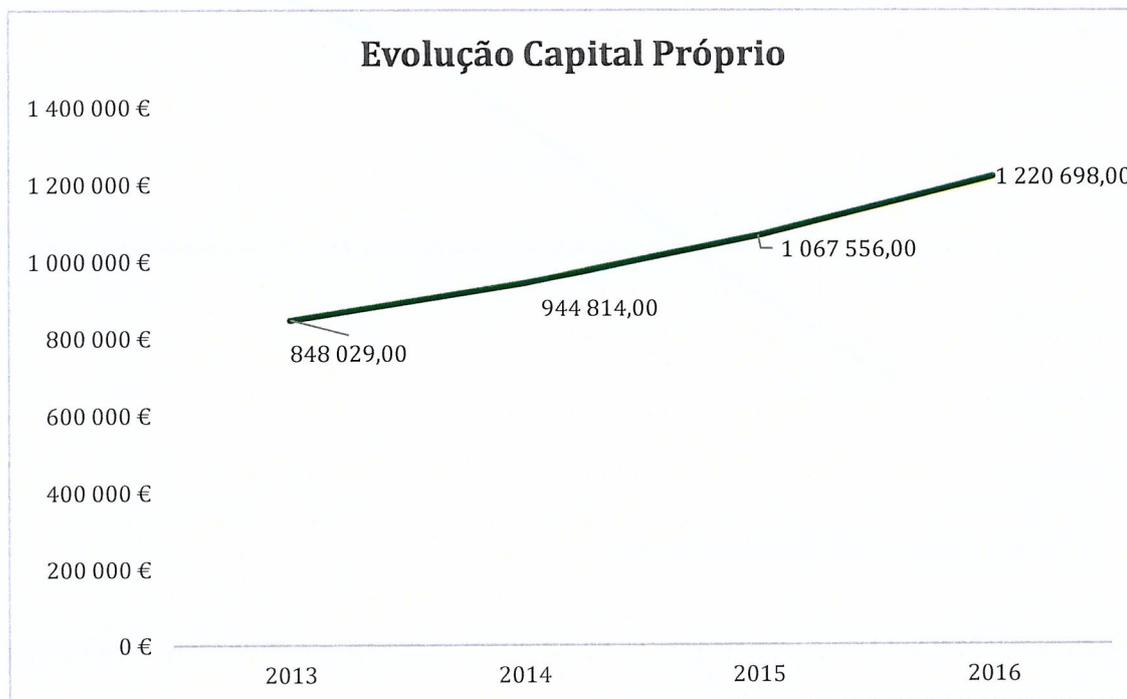


Gráfico XVI: Evolução capital próprio 2013-2016

Um dos grandes esforços que foi realizado foi a necessidade urgente de resolver a questão dos resultados transitados da empresa que à data de 31-12-2011 ascendiam a 181.572€ negativos por força de incorporação de resultados de anos anteriores. Com o encerramento das contas de 2016 a EMES EM SA apresenta Resultados Transitados positivos no montante de 452.481€ faltando ainda a incorporação do Resultado Líquido do Exercício relativo a 2016 nos termos propostos no presente relatório.

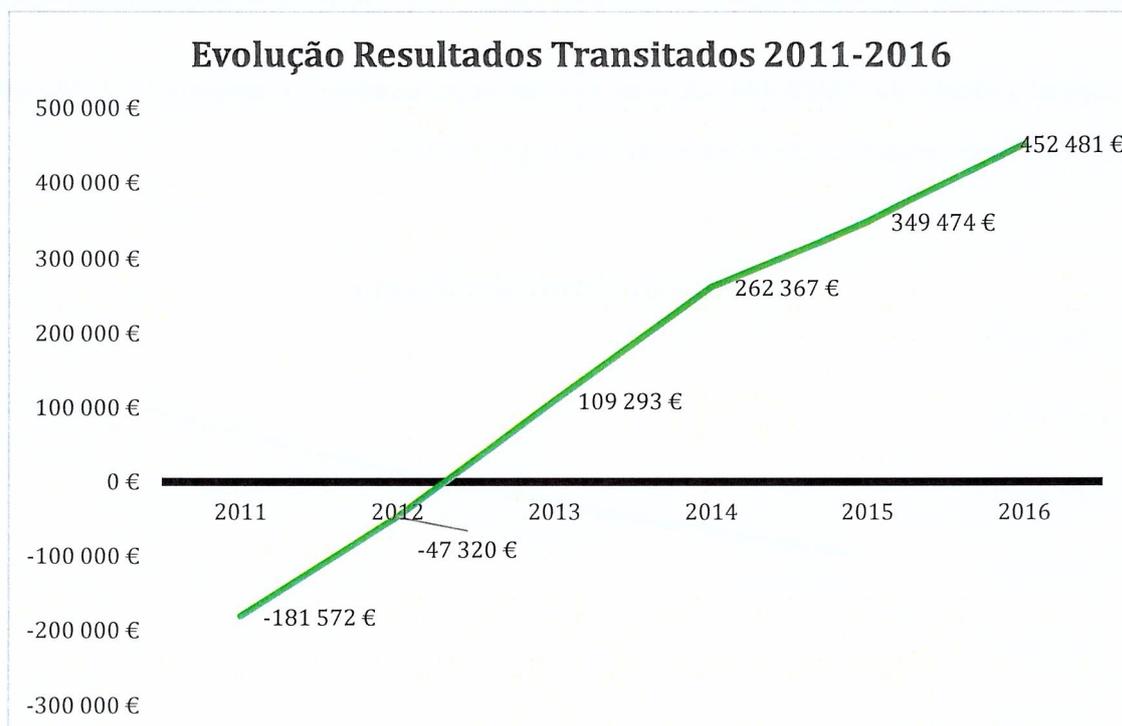


Gráfico XVI: Evolução resultados transitados 2011-2015

O **Activo** da EMES EM SA reportado a 31-12-2016 ascende a 1.367.402€, mantendo a trajectória ascendente de anos anteriores.



Gráfico XVI: Evolução Activo 2013-2016

No que se refere ao **Passivo** este ascende no final de 2016 a 146.705€.



Gráfico XVII: Evolução Passivo 2013-2016

Relativamente à **Caixa e Depósitos Bancários**, a EMES continua a apresentar valores extremamente satisfatórios, sendo que, no final de 2016 o valor ascendia a 1.125.616€ mantendo uma vez mais a tendência de crescimento de anos anteriores.

No entanto e reportando novamente à abertura dos parques de Massamá e de Agualva, será necessário um esforço por parte da EMES ao nível do investimento inicial que é necessário efectuar. Ao longo dos anos, uma das preocupações deste Conselho de Administração foi a de garantir capacidade de investimento e liquidez da EMES recorrendo-se apenas a recursos próprios, sem necessitar da intervenção do seu accionista nem do sector bancário.

O investimento a realizar nos parques de estacionamento obedecerá aos mesmos princípios de sempre da EMES e que passam por uma utilização racional e com muita parcimónia na gestão de dinheiros públicos. No entanto, independentemente de toda a contenção o investimento a realizar terá certamente impacto nesta rubrica

Handwritten signature and scribbles in the top right corner.

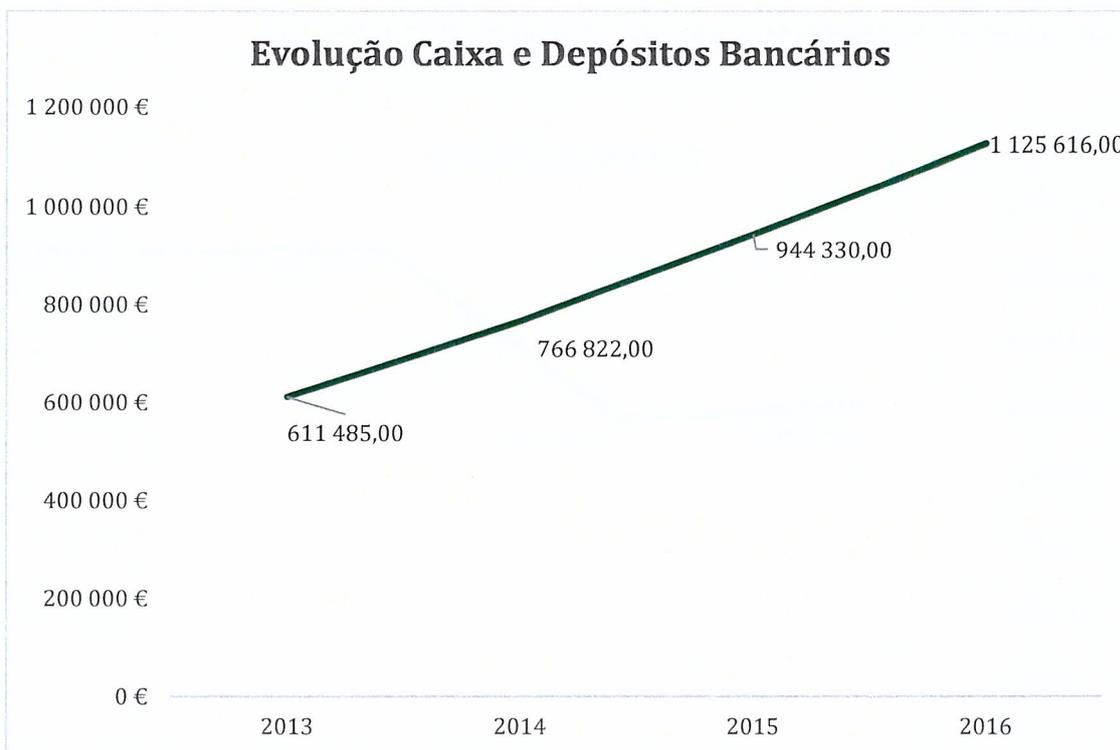


Gráfico XVIII: Evolução Caixa e Depósitos Bancários 2013- 2016

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o Resultado Líquido apurado em 2016 no valor de 145.170,72€ (cento e quarenta e cinco mil, cento e setenta euros e setenta e dois cêntimos) seja aplicado da seguinte forma:

Transferência para a conta Resultados Transitados: 145.170,72€ (cento e quarenta e cinco mil, cento e setenta euros e setenta e dois cêntimos)

Sintra, 3, de Maio de 2017

O Conselho de Administração,



Luís Patrício

Eduardo Quinta Nova

Sandra Viegas

6. EVENTOS SUBSEQUENTES

Na presente data, o Conselho de Administração da Empresa não tem conhecimento de quaisquer fatos ou acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2016 que justifiquem ajustamentos ou divulgação nestas demonstrações financeiras.

7. PERSPECTIVAS FUTURAS

Tal como referido no Sumário Executivo o presente documento é vocacionado para a prestação de contas. No entanto, tal não obsta que quando se presta conta se possa de alguma forma projectar o futuro até porque as duas realidades são indissociáveis.

Ao longo do presente documento referiu-se por diversas vezes a questão dos parques de estacionamento de Massamá e de Aqualva.

A abertura de ambos os parques (embora de forma faseada) será uma realidade no ano de 2017 e da qual não podemos deixar nota, porque mais do que a abertura de simples parques de estacionamento traduzem um momento de viragem da própria EMES.

È hoje muito difícil ter a noção exacta de qual será o impacto da gestão destes dois novos parques de estacionamento na empresa quer em termos financeiros quer em termos operacionais, mas algo para este Conselho de Administração é claro: A EMES superará os desafios que irão certamente surgir e conta, como sempre, com a colaboração da Câmara Municipal de Sintra para a adopção de uma política que respondendo às necessidades e anseios da população e que crie condições mais vantajosas para uma política de mobilidade que assente sobretudo no transporte público, não coloque ainda assim em causa a sustentabilidade e existência da EMES.

Sintra, 3, de Maio de 2017

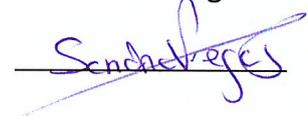
O Conselho de Administração,

Luís Patrício


Eduardo Quinta Nova



Sandra Viegas



EMES, EM

Data: 2016/12/31

BALANÇO REDUZIDO (IES) em 31 de DEZEMBRO de 2016

Unidade Monetária (EUR)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2016	2015
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	192 059	197 090
Activos fixos tangíveis em curso	6	29 019	0
Activos intangíveis	7	2 172	2 877
		223 250	199 967
Activo corrente			
Estado e outros entes públicos	12	0	31 343
Outros créditos a receber	13	15 034	34 880
Diferimentos		3 503	3 908
Activos Financeiros detidos para negociação	5	0	401
Caixa e depósitos bancários	5	1 125 616	944 330
		1 144 152	1 014 862
Total do Activo		1 367 402	1 214 829
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPTAL PRÓPRIO			
Capital realizado	14	250 000	250 000
Outros instrumentos de capital próprio		302 060	302 060
Reservas Legais		54 725	43 280
Outras Reservas		16 260	8 289
Resultados transitados		452 481	349 474
Outras variações no capital próprio			
		1 075 527	953 103
Resultado líquido do período		145 171	114 453
		1 220 698	1 067 556
Interesses minoritários			
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		1 220 698	1 067 556
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores	13	50 597	37 550
Estado e outros entes públicos	12	30 251	60 080
Outros passivos correntes	13	65 857	49 642
		146 705	147 272
Total do Passivo		146 705	147 272
Total do capital próprio e do passivo		1 367 402	1 214 829

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO




EMES, EM

Data: 2016/12/31

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (Reduzido)

PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2016

Unidade Monetária (EUR)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	10	887 527	790 139
Subsídios à exploração	11	0	3 568
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimento e serviços externos	15	-303 532	-238 414
Gastos com o pessoal	15	-345 911	-357 247
Provisões (aumentos / reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	15	2 795	15 251
Outros gastos	15	-8 137	-22 919
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		232 742	190 378
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6, 7	-46 523	-42 497
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		186 218	147 881
Juros e rendimentos similares obtidos	15	1 272	4 321
Juros e gastos similares suportados	15		
Resultado antes de Impostos		187 491	152 202
Imposto sobre o rendimento do período	12	-42 320	-37 749
Resultado líquido do período		145 171	114 453

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

E.M.E.S

EMPRESA MUNICIPAL DE ESTACIONAMENTO DE SINTRA, E.M., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

01 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra, E.M., S.A (EMES, E.M.,S.A) é uma empresa municipal constituída em 26 de Agosto de 1999, que tem a sua sede social no Edifício Paços do Concelho, Largo Virgílio Horta, Sintra.

A empresa surgiu para prestar um serviço público de regulação do estacionamento no Concelho de Sintra, por forma a garantir a rotatividade necessária nos espaços urbanos de maior afluência e onde se encontram localizados o comércio e serviços

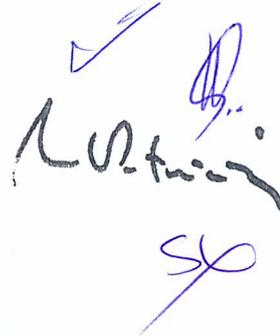
A empresa tem por objecto principal a instalação e gestão, incluindo a fiscalização dos sistemas de estacionamento público urbano pago á superfície no Concelho de Sintra.

Complementarmente tem ainda como objecto a promoção da construção e exploração de parques de estacionamento em estruturas ou zonas de reconhecido interesse e necessidade públicos e/ou a participação naquelas, construção e exploração

A empresa tem ainda como objecto acessório, actividades relacionadas com o seu objecto principal e complementar, designadamente a comercialização de bens e prestação de serviços, a elaboração e/ou promoção de estudos e projectos de ordenamento de novas áreas de estacionamento e de utilização de novos métodos e tecnologias de exploração de estacionamento tarifado e ainda a realização das respectivas obras de execução.

A empresa pratica todos os actos necessários à prossecução do seu objecto, incluindo-se a exploração dos bens e equipamentos afectos a esta prossecução. Compete ainda à empresa a cobrança das tarifas relativas ao estacionamento de duração limitada bem como a respectiva fiscalização.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.



02 - REFERÊNCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 2016 as demonstrações financeiras da EMES, EM, SA foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) consignadas, respectivamente, nos Avisos n.os 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de Julho de 2015, sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adoptadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respectivas Interpretações Técnicas (SIC/IFRIC).

A entidade adopta a NCRF-PE nos termos dos referidos normativos.

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo e dos resultados da entidade.

03 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

03.01 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

03.01.01 - Pressuposto da Continuidade:

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

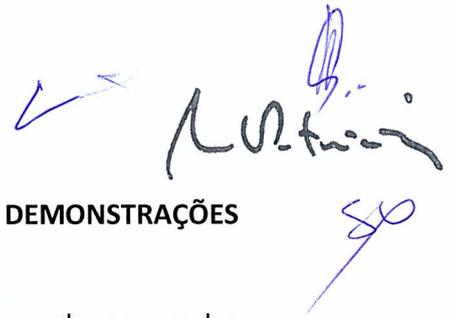
03.01.02 - Pressuposto do Acréscimo:

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

03.01.03 - Consistência de Apresentação:

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

03.01.04 - Materialmente e Agregação:



A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorrectas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou colectivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transacções ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

03.01.05 -Compensação:

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados excepto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-PE.

03.01.06 -Informação Comparativa:

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objecto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

03.02 -Políticas de Reconhecimento e Mensuração:

03.02.01 -Activos Fixos Tangíveis:

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os activos fixos tangíveis são apresentados pelo respectivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As despesas de manutenção e reparação que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil:

- Equipamento básico	- 4 a 10 anos
- Equipamento de transporte	- 4 anos
- Equipamento administrativo	- 5 a 10 anos
- Outros activos fixos tangíveis	- 4 a 10 anos

03.02.02 -Activos Intangíveis:

Os activos intangíveis são mensurados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com actividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de activos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos activos intangíveis.

Os activos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

03.02.03 -Imposto Sobre o Rendimento:

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto corrente. Os impostos correntes são registados em resultados.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Não foram efectuados movimentos contabilísticos relacionados com a contabilização de impostos diferidos, nos termos da NCRF 25 - Impostos Diferidos, uma vez que não existem quaisquer diferenças temporais entre o reconhecimento de rendimentos e gastos para fins contabilísticos e de tributação.

03.02.04 -Inventários:

Os inventários são registados ao custo de aquisição.

Em 2017/03/02 as 17:04:29 por Hugo Simplicio

2016/12/31

BALANCETE GERAL (ANALITICO)

PAG. 001

(EUR)

Conta	Designacao	VALORES DO PERIODO		VALORES ACUMULADOS		SALDOS ACTUAIS Devedor/Credor
		Debito	Credito	Debito	Credito	
11	CAIXA	.00	.00	5 483.18	4 223.80	1 259.38
11.1	CAIXA CENTRAL	.00	.00	4 693.18	4 223.80	469.38
11.2	CAIXA-MERCADO CACÉM	.00	.00	500.00	.00	500.00
11.3	CAIXA PARQUE 1 -ESTEFANEA	.00	.00	50.00	.00	50.00
11.4	FUNDO MANEIO - FISCAIS	.00	.00	240.00	.00	240.00
000000241	RODOLFO ROCHA	.00	.00	50.00	.00	50.00
000000242	JOSE CARLOS OLIVEIRA DOMINGUES	.00	.00	80.00	.00	80.00
000000243	ANA CATARINA RAIMUNDO SILVESTR	.00	.00	80.00	.00	80.00
000000339	JOSE VIEIRA	.00	.00	30.00	.00	30.00
12	DEPOSITOS A ORDEM	.00	.00	2 109 212.03	984 855.85	1 124 356.18
12.1	MONTEPIO GERAL-025275.3	.00	.00	5 946.25	5 946.25	.00
12.6	B P I	.00	.00	1 105 416.94	872 875.54	232 541.40
12.6.1	B P I - 5113013.000.001	.00	.00	847 419.24	799 669.40	47 749.84
12.6.2	B P I - 5113013.000.002	.00	.00	209 524.33	73 164.54	136 359.79
12.6.3	B P I - 5113013.000.003	.00	.00	8 271.79	20.80	8 250.99
12.6.4	B P I - 5113013.000.004	.00	.00	40 201.58	20.80	40 180.78
12.7	MILLENNIUMBCP-CTA.45356567367	.00	.00	954 592.59	62 777.81	891 814.78
12.8	MONTEPIO GERAL - 050-10-030253	.00	.00	39 656.63	39 656.63	.00
12.9	MONTEPIO GERAL - 050-10-03037	.00	.00	3 599.62	3 599.62	.00
13	DEPOSITOS A PRAZO	.00	.00	500 000.00	500 000.00	.00
13.1	BANCOS	.00	.00	500 000.00	500 000.00	.00
13.1.7	MILLENNIUM BCP	.00	.00	500 000.00	500 000.00	.00
13.1.7.4	MILLENNIUM BCP - 2891453989	.00	.00	500 000.00	500 000.00	.00
14	OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIR	.00	.00	400.66	400.66	.00
14.2	INSTR.FINANC.DETIDOS P/NEG.	.00	.00	400.66	400.66	.00
14.2.1	ACTIVOS FINANCEIROS	.00	.00	400.66	400.66	.00
14.2.1.4	FUNDOS DE INVESTIMENTO	.00	.00	400.66	400.66	.00
14.2.1.4.1	FUNDO MONTEPIO TESOURARIA	.00	.00	400.66	400.66	.00
22	FORNECEDORES	.00	.00	335 892.12	386 489.58	50 597.46CR
22.1	FORNECEDORES C/C	.00	.00	335 892.12	386 489.58	50 597.46CR
22.1.1	FORNECEDORES GERAIS	.00	.00	335 892.12	386 489.58	50 597.46CR
22.1.1.1	MERCADO NACIONAL	.00	.00	334 486.20	385 083.66	50 597.46CR
000000006	MEO SERVIÇOS, SA	.00	.00	35 350.36	35 918.06	567.70CR
000000008	SICONTING, LDA	.00	.00	7 656.75	8 308.65	651.90CR
000000012	IP PATRIMONIO, S.A.	.00	.00	7 800.99	7 800.99	.00
000000025	KONICA MINOLTA-UNIPESSOAL,LDA	.00	.00	2 754.53	2 987.05	232.52CR
000000054	MEO (TMN)	.00	.00	78.03	.00	78.03
000000064	RESOPRE, SA	.00	.00	20 045.93	22 298.35	2 252.42CR
000000087	LUISA MARIA & FERNANDO FERNAND	.00	.00	557.56	557.56	.00
000000088	VODAFONE	.00	.00	499.84	499.84	.00
000000093	SMAS-SERV.MUN.AGUA SAN.SINTRA	.00	.00	1 993.23	2 160.19	166.96CR
000000101	EDP SA	.00	.00	555.52	623.94	68.42CR
000000102	ELIS SINTRA	.00	.00	1 013.91	1 188.67	174.76CR
000000109	SEGURHIGIENE, SA	.00	.00	.00	69.30	69.30CR
000000118	MULTIFROTA PARKING, LDA	.00	.00	864.30	864.30	.00
000000119	GRUPNOR, LDA	.00	.00	1 771.20	1 771.20	.00
000000122	LITHO FORMAS PORTUGUESA, SA	.00	.00	81.92	81.92	.00

Em 2017/03/02 as 17:04:29 por Hugo Simplicio

2016/12/31

BALANCETE GERAL (ANALITICO)

(EUR)

Conta	Designacao	VALORES DO PERIODO		VALORES ACUMULADOS		SALDOS ACTUAIS Devedor/Credor
		Debito	Credito	Debito	Credito	
000000137	EMPARK, LDA	.00	.00	2 460.00	2 460.00	.00
000000144	IDONIC, LDA	.00	.00	1 979.46	2 465.31	485.85CR
000000153	ADP-ART - ELISÁRIO DUARTE	.00	.00	76.88	76.88	.00
000000154	JETCOOLER - AGUAS E CAFÉS, LDA	.00	.00	.00	12.30	12.30CR
000000158	GRENKE RENTING, SA	.00	.00	4 613.47	4 709.27	95.80CR
000000159	A.P.R. - IMPORT E EXPORT.	.00	.00	123.00	123.00	.00
000000234	ACIN - ICLLOUD SOLUTIONS, LDA	.00	.00	738.00	738.00	.00
000000235	BP PORTUGAL, SA	.00	.00	4 861.96	5 202.69	340.73CR
000000236	ENDESA ENERGIA, SA	.00	.00	22 134.14	24 594.73	2 460.59CR
000000237	FERNANDO L. GASPAR, SA	.00	.00	1 007.47	1 007.47	.00
000000239	PARCOURS PORTUGAL, SA	.00	.00	10 359.48	10 359.48	.00
000000246	LUSITANIA SEGUROS, SA	.00	.00	5 286.12	5 286.12	.00
000000247	VERISSIMO SANTOS ARTES GRÁFICA	.00	.00	264.45	264.45	.00
000000251	IVO PINTADO, UNIPessoal, LDA	.00	.00	276.75	276.75	.00
000000252	SEGUR - FOGO, LDA	.00	.00	386.60	386.60	.00
000000253	VIGIALARME - SIST.SEGURANÇA,SA	.00	.00	1 156.50	1 156.50	.00
000000255	CAIANO PEREIRA,ANT.E J.REIMÃO,	.00	.00	5 036.85	5 036.85	.00
000000256	LABCAL, SA	.00	.00	1 049.47	1 049.47	.00
000000260	PROARBA, LDA	.00	.00	8 664.74	8 664.74	.00
000000263	MAIS QUE PAPEL, LDA	.00	.00	86.10	86.10	.00
000000264	MOREME - M.RE.MAN.ELECTROME.C.	.00	.00	3 154.34	3 451.90	297.56CR
000000265	POLICIA DE SEGURANÇA PUBLICA	.00	.00	1 052.25	1 052.25	.00
000000267	TOMPLA - IND.INTERNAC.ENVELOPE	.00	.00	196.80	196.80	.00
000000270	ALLIANZ PORTUGAL, SA	.00	.00	1 296.49	1 296.49	.00
000000271	+BATERIAS UNIPessoal, LDA	.00	.00	264.02	264.02	.00
000000272	SOLTRAFEGO, SA	.00	.00	8 092.54	8 092.54	.00
000000274	JOÃO M. AMADO E GUILHERMINA	.00	.00	4 855.43	5 261.33	405.90CR
000000275	LACERDA TAV. HELENA NUNES	.00	.00	553.50	553.50	.00
000000276	LINK-WARE,LDA	.00	.00	9 356.36	9 602.36	246.00CR
000000278	ZURIQUE SEGUROS	.00	.00	205.12	205.12	.00
000000280	AP PORTUGAL	.00	.00	35.06	35.06	.00
000000282	CARAVELA - COMP.SEGUROS, SA	.00	.00	4 264.00	4 264.00	.00
000000283	PERFLORA JARDINS,LDA	.00	.00	528.90	528.90	.00
000000284	TELEPORTAS DE JORGE MARQUES	.00	.00	61.50	61.50	.00
000000286	CAMARA MUNICIPAL DE SINTRA	.00	.00	8 460.40	27 297.52	18 837.12CR
000000287	PNEUS NUNES, LDA	.00	.00	735.28	735.28	.00
000000288	BURÓTICA, SA	.00	.00	38 025.34	38 025.34	.00
000000291	COPIDATA, SA	.00	.00	7 632.09	7 632.09	.00
000000292	ECOAMBIENTE, SA	.00	.00	946.03	1 417.78	471.75CR
000000298	SNSV-SOC.NAC.SINALIZAÇÃO VERT.	.00	.00	1 678.14	17 181.04	15 502.90CR
000000301	SYNCLORE, LDA	.00	.00	4 588.78	4 588.78	.00
000000306	VITARTE PUBLICIDADE, LDA	.00	.00	49.20	49.20	.00
000000307	CTT CORREIOS DE PORTUGAL, SA	.00	.00	338.25	338.25	.00
000000308	HABIDOM SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA	.00	.00	3 628.50	3 628.50	.00
000000309	IDEAL JARDINS CONST.E MANUT.,L	.00	.00	590.40	590.40	.00
000000310	BASEDOIS - INFORMATICA, LDA	.00	.00	6 544.22	6 544.22	.00
000000311	LARM, PUBLICIDADE, SA	.00	.00	8 019.60	8 019.60	.00
000000317	WRIGHTIA	.00	.00	5 473.50	5 473.50	.00
000000318	A FUNCIONAL-SOC.FERRAGENS QUEL	.00	.00	121.35	121.35	.00
000000319	CARTOSIS-SOLUÇÕES CART.SEG.,LD	.00	.00	460.14	460.14	.00
000000320	DIVERISNTAL, LDA	.00	.00	802.13	802.13	.00
000000322	J R DIAS, LDA	.00	.00	1 075.00	1 075.00	.00

Em 2017/03/02 as 17:04:29 por Hugo Simplicio

2016/12/31

BALANCETE GERAL (ANALITICO)

(EUR)

PAG. 003

Conta	Designacao	VALORES DO PERIODO		VALORES ACUMULADOS		SALDOS ACTUAIS Devedor/Credor
		Debito	Credito	Debito	Credito	
000000323	NOVIPAPEL, LDA	.00	.00	925.74	1 188.25	262.51CR
000000324	VENTIFOR, LDA	.00	.00	3 035.58	3 035.58	.00
000000325	COMP.SEGUROS TRANQUILIDADE, SA	.00	.00	440.50	440.50	.00
000000326	ADDIT MINDS, LDA	.00	.00	20 491.80	20 491.80	.00
000000327	PSG - SEGURANÇA PRIVADA, SA	.00	.00	1 384.98	1 384.98	.00
000000328	UTILPORTA, LDA	.00	.00	3 495.05	3 495.05	.00
000000329	GEOCONTROLE, SA	.00	.00	5 529.16	5 529.16	.00
000000330	MARZENARIA AVELINO E CASTRO,LD	.00	.00	2 853.60	2 853.60	.00
000000331	N CALÇADAS, UNIPESSOAL, LDA	.00	.00	830.25	830.25	.00
000000332	SOC.CONSTRUÇÕES MARÇAL SANTOS	.00	.00	5 424.30	5 424.30	.00
000000334	IS GREEN II, LDA	.00	.00	5 923.68	5 923.68	.00
000000335	LUIS CARLOS DA COSTA TRINDADE	.00	.00	188.68	188.68	.00
000000336	MEDIA LINE COM. E IMAGEM, LDA	.00	.00	360.00	360.00	.00
000000337	SOTECNICA - SOC. ELECTRONICA,S	.00	.00	553.50	553.50	.00
000000341	TIPOGRAFICA GRÁFICA SINTRENSE	.00	.00	73.80	73.80	.00
000000343	APAMETAL - APAR. METALICA,LDA	.00	.00	223.72	223.72	.00
000000344	M.A.S.PICA - COM.MAT.ELECTRICO	.00	.00	221.40	221.40	.00
000000345	C.H.M. II ACRILICOS, LDA	.00	.00	100.56	100.56	.00
000000347	GUARDA NACIONAL REPUBLICANA	.00	.00	130.45	130.45	.00
000000348	MESTRES PUBLICIDADE, SA	.00	.00	2 423.59	2 423.59	.00
000000349	FLASHMAT FOTOGRAFIA, LDA	.00	.00	1 992.60	1 992.60	.00
000000350	CONNECTVOLT INSTAL.ELECTRICAS,	.00	.00	998.59	998.59	.00
000000351	DIGIDELTA INTERNACIONAL, SA	.00	.00	1 414.50	8 487.00	7 072.50CR
000000353	LUDOVICO CALADO MARTINS	.00	.00	800.00	800.00	.00
22.1.1.2	MERCADO COMUNITARIO	.00	.00	1 405.92	1 405.92	.00
000000294	MASTER BATTERY, SL	.00	.00	619.92	619.92	.00
000000340	ROYAL PACK PROD.SEGURIDAD, SL	.00	.00	330.00	330.00	.00
000000346	DALEO - SOLUC.DE PROTECÇÃO. SL	.00	.00	456.00	456.00	.00
23	PESSOAL	.00	.00	206 554.41	206 245.51	308.90
23.1	REMUNERACOES A PAGAR	.00	.00	204 008.91	203 700.01	308.90
23.1.1	AOS ORGAOS SOCIAIS	.00	.00	24 074.22	24 074.22	.00
23.1.2	AO PESSOAL	.00	.00	179 934.69	179 625.79	308.90
23.2	ADIANTAMENTOS	.00	.00	211.83	211.83	.00
23.2.2	AO PESSOAL	.00	.00	211.83	211.83	.00
000000289	RODOLFO DE SOUSA	.00	.00	211.83	211.83	.00
23.8	OUTRAS OPERACOES	.00	.00	2 333.67	2 333.67	.00
23.8.2	COM O PESSOAL	.00	.00	2 333.67	2 333.67	.00
23.8.2.1	PROCESSOS JUDICIAIS	.00	.00	2 333.67	2 333.67	.00
000000015	MARIANELA GUIMARÃES CARMO	.00	.00	2 333.67	2 333.67	.00
24	ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS	.00	42 319.94	896 715.15	926 965.68	30 250.53CR
24.1	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	.00	42 319.94	147 187.22	159 926.64	12 739.42CR
24.1.1	IRC	.00	42 319.94	147 187.22	159 926.64	12 739.42CR
24.1.1.1	PAGAMENTOS POR CONTA	.00	.00	59 526.03	30 263.22	29 262.81
24.1.1.1.1	IR PAGAMENTO POR CONTA	.00	.00	59 526.03	30 263.22	29 262.81
24.1.1.1.2	IR RETENÇÕES NA FONTE	.00	.00	1 397.92	1 080.21	317.71
000000245	MILLENNIUM BCP	.00	.00	1 397.92	1 080.21	317.71
24.1.1.3	IR IMPOSTO ESTIMADO P/O PERIOD	.00	42 319.94	37 749.42	80 069.36	42 319.94CR
24.1.1.3.1	I.E. - COLECTA	.00	42 319.94	37 749.42	80 069.36	42 319.94CR
24.1.1.4	APURAMENTO DO IMPOSTO	.00	.00	37 749.42	37 749.42	.00
24.1.1.6	IMPOSTO A PAGAR	.00	.00	10 764.43	10 764.43	.00

Em 2017/03/02 as 17:04:29 por Hugo Simplicio

2016/12/31

BALANCETE GERAL (ANALITICO)

(EUR)

Conta	Designacao	VALORES DO PERIODO		VALORES ACUMULADOS		SALDOS ACTUAIS Devedor/Credor
		Debito	Credito	Debito	Credito	
24.2	RETENÇÃO IMPOSTO S/RENDIMENTO	.00	.00	36 025.00	39 070.50	3 045.50CR
24.2.1	DE TRABALHO DEPENDENTE	.00	.00	33 941.00	36 694.00	2 753.00CR
24.2.2	DE TRABALHO INDEPENDENTE	.00	.00	134.00	264.00	130.00CR
24.2.4	DE PREDIAIS	.00	.00	1 950.00	2 112.50	162.50CR
24.2.4.1	DE PESSOAS SINGULARES	.00	.00	1 950.00	2 112.50	162.50CR
24.3	IMPOSTO S/ VALOR ACRESCENTADO	.00	.00	624 804.80	634 757.20	9 952.40CR
24.3.2	IVA DEDUTIVEL	.00	.00	76 357.54	76 357.54	.00
24.3.2.2	IMOBILIZADO	.00	.00	14 979.66	14 979.66	.00
24.3.2.2.1	MERCADO NACIONAL	.00	.00	14 979.66	14 979.66	.00
24.3.2.2.1.3	I/MN/AQUISIÇÃO TX N	.00	.00	14 979.66	14 979.66	.00
24.3.2.3	OUTROS BENS E SERVIÇOS (OBS)	.00	.00	61 377.88	61 377.88	.00
24.3.2.3.1	MERCADO NACIONAL	.00	.00	61 054.50	61 054.50	.00
24.3.2.3.1.1	OBS/MN/AQUISIÇÃO TX. R	.00	.00	180.45	180.45	.00
24.3.2.3.1.2	OBS/MN/AQUISIÇÃO TX.I	.00	.00	4.88	4.88	.00
24.3.2.3.1.3	OBS/MN/AQUISIÇÃO TX N	.00	.00	60 180.65	60 180.65	.00
24.3.2.3.1.6	IVA DEVIDO P/ADQUIRENTE TX. N	.00	.00	247.25	247.25	.00
24.3.2.3.1.8	IVA GASÓLEO TX N - 50%	.00	.00	441.27	441.27	.00
24.3.2.3.2	MERCADO COMUNITARIO	.00	.00	323.38	323.38	.00
24.3.2.3.2.3	OBS/MC/AQUISIÇÃO TX. N	.00	.00	323.38	323.38	.00
24.3.3	IVA LIQUIDADO	.00	.00	206 767.70	206 767.70	.00
24.3.3.1	OPERACOES GERAIS (OG)	.00	.00	206 767.70	206 767.70	.00
24.3.3.1.1	TRANSACOES MN BENS/SERVIÇOS	.00	.00	206 444.32	206 444.32	.00
24.3.3.1.1.3	MN OG-BENS/SERVIÇOS TX. N	.00	.00	204 131.21	204 131.21	.00
24.3.3.1.1.6	IVA LIQUIDADO P/ADQUIRENTE TX.	.00	.00	2 313.11	2 313.11	.00
24.3.3.1.2	AQUISICOES MC BENS/SERVIÇOS	.00	.00	323.38	323.38	.00
24.3.3.1.2.3	MC AQUISIÇÃO BENS/SERVIÇOS TX.	.00	.00	323.38	323.38	.00
24.3.4	IVA - REGULARIZACOES	.00	.00	104.61	104.61	.00
24.3.4.2	IVA A FAVOR DO ESTADO	.00	.00	104.61	104.61	.00
24.3.5	IVA - APURAMENTO	.00	.00	206 872.31	206 872.31	.00
24.3.6	IVA - A PAGAR	.00	.00	134 702.64	144 655.04	9 952.40CR
24.3.6.1	IVA - A PAGAR DE APURAMENTO	.00	.00	134 702.64	144 655.04	9 952.40CR
24.5	CONTRIBUIÇOES P/ SEG.SOCIAL	.00	.00	61 863.56	66 343.16	4 479.60CR
24.5.1	CENTRO REG SEG SOC DE LISBOA	.00	.00	61 863.56	66 343.16	4 479.60CR
24.7	CX GERAL APOSENTAÇÕES/ADSE	.00	.00	26 834.57	26 868.18	33.61CR
24.7.1	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	.00	.00	25 391.58	25 425.19	33.61CR
24.7.2	ADSE	.00	.00	1 442.99	1 442.99	.00
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PA	.00	.00	1 460 300.45	1 511 431.95	51 131.50CR
27.1	FORNECEDORES DE INVESTIMENTOS	.00	.00	78 042.75	78 042.75	.00
27.1.1	FORNECEDORES DE INVESTIMENTOS	.00	.00	78 042.75	78 042.75	.00
27.1.1.1	MERCADO NACIONAL	.00	.00	78 042.75	78 042.75	.00
000000272	SOLTRAFEGO, SA	.00	.00	34 788.71	34 788.71	.00
000000321	ESTRELA DO NORTE, SA	.00	.00	8 982.00	8 982.00	.00
000000334	IS GREEN II, LDA	.00	.00	31 231.48	31 231.48	.00
000000338	VITABEGIN, LDA	.00	.00	3 040.56	3 040.56	.00
27.2	DEVEDORES E CREDITORES POR ACRES	.00	.00	103 956.38	169 812.93	65 856.55CR
27.2.2	CREDITORES POR ACRESO DE GAST	.00	.00	103 956.38	169 812.93	65 856.55CR
27.2.2.1	ESP. FÉRIAS E SUB. FÉRIAS	.00	.00	43 915.87	91 529.71	47 613.84CR
27.2.2.2	ESTIMATIVAS MENSASIS	.00	.00	54 064.24	54 064.24	.00
27.2.2.8	IVA POR REGULARIZAR	.00	.00	61.88	183.62	121.74CR
27.2.2.9	OUTROS ACRESOIMOS DE GASTOS	.00	.00	5 914.39	24 035.36	18 120.97CR
27.8	OUTROS DEVEDORES E CREDITORES	.00	.00	1 278 301.32	1 263 576.27	14 725.05

Em 2017/03/02 as 17:04:29 por Hugo Simplicio

2016/12/31

BALANCETE GERAL (ANALITICO)

(EUR)

Conta	Designacao	VALORES DO PERIODO		VALORES ACUMULADOS		SALDOS ACTUAIS Devedor/Credor
		Debito	Credito	Debito	Credito	
27.8.1	OUTROS DEVEDORES E CREDITORES	.00	.00	17 158.76	18 191.85	1 033.09CR
000000018	LUIS PATRICIO	.00	.00	188.60	234.00	45.40CR
000000021	DAVID ALVES	.00	.00	.00	39.45	39.45CR
000000022	MANUEL JOSE ANTUNES R.MARQUES	.00	.00	5 850.00	6 012.50	162.50CR
000000023	HUGO FREDERICO	.00	.00	64.81	.00	64.81
000000028	VIA VERDE	.00	.00	162.55	163.10	.55CR
000000093	SMAS-SERV.MUN.AGUA SAN.SINTRA	.00	.00	7 920.00	7 920.00	.00
000000313	CRISTIANA NETO DA SILVA.	.00	.00	390.00	390.00	.00
000000315	SERGIO FILIPE MARQUES DE JESUS	.00	.00	602.70	602.70	.00
000000316	ANDREIA DA SILVA SERRANO FERNA	.00	.00	510.00	510.00	.00
000000333	NUNO ALEXANDRE M.JESUS REIS	.00	.00	690.10	690.10	.00
000000352	RICARDO JORGE DELFINO CARRILHO	.00	.00	780.00	780.00	.00
000000353	LUDOVICO CALADO MARTINS	.00	.00	.00	850.00	850.00CR
27.8.2	CAUÇÕES	.00	.00	40.00	.00	40.00
000000102	ELIS SINTRA	.00	.00	40.00	.00	40.00
27.8.4	SINDICATOS	.00	.00	187.71	63.05	124.66
27.8.4.1	SINDICATO NAC.TRAB.ADM.LOCAL	.00	.00	187.71	63.05	124.66
27.8.5	C.C.D.SINTRENSE	.00	.00	611.65	609.33	2.32
27.8.8	DEVEDORES E CREDITORES DIVERSOS	.00	.00	1 260 303.20	1 244 712.04	15 591.16
27.8.8.2	LOCAIS DE EXPLORAÇÃO	.00	.00	1 134 631.09	1 119 434.56	15 196.53
27.8.8.2.1	PARCÓMETROS	.00	.00	804 918.93	791 660.52	13 258.41
27.8.8.2.1.1	VILA	.00	.00	521 072.90	517 603.70	3 469.20
27.8.8.2.1.2	PORTELA	.00	.00	163 303.17	156 959.01	6 344.16
27.8.8.2.1.3	ESTEFÂNEA	.00	.00	120 542.86	117 097.81	3 445.05
27.8.8.2.2	PARQUES FECHADOS	.00	.00	79 313.76	78 618.46	695.30
27.8.8.2.2.1	PARQUE EDIFICIO SINTRA	.00	.00	19 839.27	19 740.67	98.60
27.8.8.2.2.2	PARQUE MUNICIPAL CACÉM	.00	.00	59 474.49	58 877.79	596.70
27.8.8.2.3	ESTAÇÕES	.00	.00	200 049.48	199 274.86	774.62
27.8.8.2.3.1	MIRA-SINTRA/MELEÇAS	.00	.00	12 459.32	12 424.40	34.92
27.8.8.2.3.2	MONTE ABRÃO	.00	.00	47 273.69	47 207.69	66.00
27.8.8.2.3.3	PORTELA DE SINTRA	.00	.00	76 087.60	75 748.70	338.90
27.8.8.2.3.4	QUELUZ/BELAS	.00	.00	64 228.87	63 894.07	334.80
27.8.8.2.4	FISCALIZAÇÕES / CONTRA-ORDENAÇ	.00	.00	50 348.92	49 880.72	468.20
27.8.8.2.4.1	AVISOS - SIAF	.00	.00	50 348.92	49 880.72	468.20
27.8.8.9	OUTROS DEV/CREDITORES	.00	.00	125 672.11	125 277.48	394.63
27.8.8.9.8	DIFERENÇAS EM DEPOSITOS	.00	.00	85.75	85.75	.00
27.8.8.9.9	TPA 11105	.00	.00	125 586.36	125 191.73	394.63
28	DIFERIMENTOS	.00	.00	11 348.07	7 845.16	3 502.91
28.1	GASTOS A RECONHECER	.00	.00	11 348.07	7 845.16	3 502.91
28.1.9	OUTROS GASTOS A RECONHECER	.00	.00	11 348.07	7 845.16	3 502.91
28.1.9.1	SEGUROS	.00	.00	3 153.96	1 691.88	1 462.08
28.1.9.2	RENDAS/ALUGUERES	.00	.00	6 661.71	4 620.88	2 040.83
28.1.9.9	GASTOS DIVERSOS	.00	.00	1 532.40	1 532.40	.00
43	ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS	.00	.00	691 114.50	499 055.64	192 058.86
43.2	EDIFICIOS E OUTRAS CONSTRUÇOES	.00	.00	8 982.00	.00	8 982.00
43.2.5	BENFEITORIAS EDIF.E OUTRAS CON	.00	.00	8 982.00	.00	8 982.00
43.2.5.7	COM IVA DEVIDO P/ADQUIRENTE	.00	.00	8 982.00	.00	8 982.00
43.3	EQUIPAMENTO BASICO	.00	.00	506 850.26	.00	506 850.26
43.3.1	MERCADO NACIONAL	.00	.00	506 850.26	.00	506 850.26
43.3.1.3	MN TX N	.00	.00	506 850.26	.00	506 850.26

Em 2017/03/02 as 17:04:29 por Hugo Simplicio

2016/12/31

PAG. 006

BALANCETE GERAL (ANALITICO)

(EUR)

Conta	Designacao	VALORES DO PERIODO		VALORES ACUMULADOS		SALDOS ACTUAIS Devedor/Credor
		Debito	Credito	Debito	Credito	
43.5	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	.00	.00	67 234.89	.00	67 234.89
43.5.1	EQ ADMINISTRATIVO - MERCADO NA	.00	.00	67 234.89	.00	67 234.89
43.5.1.3	MN TX N	.00	.00	67 234.89	.00	67 234.89
43.7	OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS	.00	.00	107 913.91	.00	107 913.91
43.7.1	MERCADO NACIONAL	.00	.00	107 913.91	.00	107 913.91
43.7.1.3	MN TX N	.00	.00	107 913.91	.00	107 913.91
43.8	DEPRECIACOES ACUMULADAS	.00	.00	133.44	499 055.64	498 922.20CR
43.8.2	EDIFICIOS E OUTRAS CONSTRUCOES	.00	.00	.00	898.20	898.20CR
43.8.3	EQUIPAMENTO BASICO	.00	.00	133.44	401 729.72	401 596.28CR
43.8.5	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	.00	.00	.00	59 900.95	59 900.95CR
43.8.7	OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS	.00	.00	.00	36 526.77	36 526.77CR
44	ACTIVOS INTANGIVEIS	.00	.00	5 635.97	3 463.87	2 172.10
44.3	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	.00	.00	5 635.97	.00	5 635.97
44.3.1	MERCADO NACIONAL	.00	.00	5 635.97	.00	5 635.97
44.3.1.3	MN TX N	.00	.00	5 635.97	.00	5 635.97
44.8	AMORTIZACOES ACUMULADAS	.00	.00	.00	3 463.87	3 463.87CR
44.8.3	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	.00	.00	.00	3 463.87	3 463.87CR
45	INVESTIMENTOS EM CURSO	.00	.00	29 018.80	.00	29 018.80
45.3	ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS EM CUR	.00	.00	29 018.80	.00	29 018.80
51	CAPITAL	.00	.00	.00	250 000.00	250 000.00CR
51.1	CAPITAL	.00	.00	.00	250 000.00	250 000.00CR
53	OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL	.00	.00	.00	302 060.40	302 060.40CR
53.1	PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES	.00	.00	.00	302 060.40	302 060.40CR
53.1.1	CAMARA MUNICIPAL DE SINTRA	.00	.00	.00	302 060.40	302 060.40CR
55	RESERVAS	.00	.00	.00	70 985.32	70 985.32CR
55.1	RESERVAS LEGAIS	.00	.00	.00	54 725.48	54 725.48CR
55.3	DLRR	.00	.00	.00	16 259.84	16 259.84CR
56	RESULTADOS TRANSITADOS	.00	.00	.00	452 481.20	452 481.20CR
56.1	RESULTADOS TRANSITADOS	.00	.00	.00	381 293.16	381 293.16CR
56.9	AJUSTAMENTOS DE TRANSIÇÃO SNC	.00	.00	.00	71 188.04	71 188.04CR
62	FORNECIMENTOS E SERV.EXTERNOS	.00	.00	308 215.51	4 683.45	303 532.06
62.2	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	.00	.00	159 993.68	3 627.35	156 366.33
62.2.1	TRABALHOS ESPECIALIZADOS	.00	.00	80 327.00	3 627.35	76 699.65
62.2.1.1	MERCADO NACIONAL	.00	.00	80 327.00	3 627.35	76 699.65
62.2.1.1.3	MN TX N	.00	.00	80 190.25	3 627.35	76 562.90
62.2.1.1.4	MN ISENTOS	.00	.00	130.45	.00	130.45
62.2.1.1.5	MN NÃO DEDUTIVEIS	.00	.00	6.30	.00	6.30
62.2.2	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	.00	.00	12 720.28	.00	12 720.28
62.2.2.1	MERCADO NACIONAL	.00	.00	12 720.28	.00	12 720.28
62.2.2.1.1	MN TX R	.00	.00	1.12	.00	1.12
62.2.2.1.3	MN TX N	.00	.00	11 869.16	.00	11 869.16
62.2.2.1.4	MN ISENTOS	.00	.00	850.00	.00	850.00
62.2.3	VIGILANCIA E SEGURANCA	.00	.00	1 409.32	.00	1 409.32
62.2.3.1	MERCADO NACIONAL	.00	.00	1 409.32	.00	1 409.32
62.2.3.1.3	MN TXN	.00	.00	1 409.32	.00	1 409.32

Em 2017/03/02 as 17:04:29 por Hugo Simplicio

2016/12/31

PAG. 007

BALANCETE GERAL (ANALITICO)

(EUR)

Conta	Designacao	VALORES DO PERIODO		VALORES ACUMULADOS		SALDOS ACTUAIS Devedor/Credor
		Debito	Credito	Debito	Credito	
62.2.4	HONORARIOS	.00	.00	1 970.00	.00	1 970.00
62.2.4.1	MERCADO NACIONAL	.00	.00	1 970.00	.00	1 970.00
62.2.4.1.3	MN TX N	.00	.00	670.00	.00	670.00
62.2.4.1.4	MN ISENTOS	.00	.00	1 300.00	.00	1 300.00
62.2.6	CONSERVACAO E REPARACAO	.00	.00	63 567.08	.00	63 567.08
62.2.6.1	MERCADO NACIONAL	.00	.00	63 237.08	.00	63 237.08
62.2.6.1.1	MN CONSERVAÇÕES DIVERSAS	.00	.00	62 799.74	.00	62 799.74
62.2.6.1.1.1	MN TX 5%	.00	.00	668.77	.00	668.77
62.2.6.1.1.3	MN TX N	.00	.00	61 054.97	.00	61 054.97
62.2.6.1.1.5	MN NAO DEDUTIVEIS	.00	.00	1.00	.00	1.00
62.2.6.1.1.6	CONSERV.REPARAÇÃO IVA AUTO LIQ	.00	.00	1 075.00	.00	1 075.00
62.2.6.1.2	MN VIATURAS DE MERCADORIAS	.00	.00	4.88	.00	4.88
62.2.6.1.2.3	MN TX N	.00	.00	4.88	.00	4.88
62.2.6.1.4	MN VIATURAS DE PASSAGEIROS	.00	.00	432.46	.00	432.46
62.2.6.1.4.5	MN IVA NAO DEDUTIVEL	.00	.00	432.46	.00	432.46
62.2.6.2	MERCADO COMUNITARIO	.00	.00	330.00	.00	330.00
62.2.6.2.1	MC CONSERVAÇÃO DIVERSAS	.00	.00	330.00	.00	330.00
62.2.6.2.1.3	MC IVA TAXA N	.00	.00	330.00	.00	330.00
62.3	MATERIAIS	.00	.00	24 077.14	.00	24 077.14
62.3.1	FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE DE	.00	.00	13 090.43	.00	13 090.43
62.3.1.1	MERCADO NACIONAL	.00	.00	12 014.51	.00	12 014.51
62.3.1.1.2	MN TX 12%	.00	.00	37.59	.00	37.59
62.3.1.1.3	MN TX N	.00	.00	11 860.05	.00	11 860.05
62.3.1.1.5	MN NAO DEDUTIVEIS	.00	.00	116.87	.00	116.87
62.3.1.2	MERCADO COMUNITARIO	.00	.00	1 075.92	.00	1 075.92
62.3.1.2.3	MC IVA TAXA N	.00	.00	1 075.92	.00	1 075.92
62.3.3	MATERIAL DE ESCRITORIO	.00	.00	10 986.71	.00	10 986.71
62.3.3.1	MERCADO NACIONAL	.00	.00	10 986.71	.00	10 986.71
62.3.3.1.3	MN TX N	.00	.00	10 947.51	.00	10 947.51
62.3.3.1.4	MN ISENTOS	.00	.00	39.20	.00	39.20
62.4	ENERGIA E FLUIDOS	.00	.00	25 471.06	92.13	25 378.93
62.4.1	ELECTRICIDADE	.00	.00	19 706.15	92.13	19 614.02
62.4.1.1	MERCADO NACIONAL	.00	.00	19 706.15	92.13	19 614.02
62.4.1.1.1	MN TX R	.00	.00	144.43	.00	144.43
62.4.1.1.3	MN TX N	.00	.00	18 025.74	92.13	17 933.61
62.4.1.1.5	MN NAO DEDUTIVEIS	.00	.00	1 535.98	.00	1 535.98
62.4.2	COMBUSTIVEIS	.00	.00	4 279.86	.00	4 279.86
62.4.2.1	MERCADO NACIONAL	.00	.00	4 279.86	.00	4 279.86
62.4.2.1.6	MN COMBUSTIVEIS P/VIATURAS	.00	.00	4 279.86	.00	4 279.86
62.4.2.1.6.2	MN GASOLEO IVA 50% C/TA	.00	.00	1 076.54	.00	1 076.54
62.4.2.1.6.3	MN GASOLEO IVA 50% S/TA	.00	.00	3 203.32	.00	3 203.32
62.4.3	AGUA	.00	.00	1 485.05	.00	1 485.05
62.4.3.1	MERCADO NACIONAL	.00	.00	1 485.05	.00	1 485.05
62.4.3.1.1	MN TX R	.00	.00	1 485.05	.00	1 485.05
62.5	DESLOCACOES, ESTADAS E TRANSP	.00	.00	4 089.72	.00	4 089.72
62.5.1	DESLOCACOES E ESTADAS	.00	.00	3 889.72	.00	3 889.72
62.5.1.1	MERCADO NACIONAL	.00	.00	3 889.72	.00	3 889.72
62.5.1.1.5	MN NAO DEDUTIVEL	.00	.00	3 889.72	.00	3 889.72
62.5.3	TRANSPORTES DE MERCADORIAS	.00	.00	200.00	.00	200.00
62.5.3.1	MERCADO NACIONAL	.00	.00	200.00	.00	200.00
62.5.3.1.3	MN TXN	.00	.00	200.00	.00	200.00
62.6	SERVICOS DIVERSOS	.00	.00	94 583.91	963.97	93 619.94

Em 2017/03/02 as 17:04:29 por Hugo Simplicio

2016/12/31

BALANCETE GERAL (ANALITICO)

PAG. 008
(EUR)

Conta	Designacao	VALORES DO PERIODO		VALORES ACUMULADOS		SALDOS ACTUAIS
		Debito	Credito	Debito	Credito	Devedor/Credor
62.6.1	RENDAS E ALUGUERES	.00	.00	50 675.21	878.77	49 796.44
62.6.1.1	MERCADO NACIONAL	.00	.00	50 675.21	878.77	49 796.44
62.6.1.1.1	MN INSTALACOES	.00	.00	7 800.00	349.47	7 450.53
62.6.1.1.1.3	MN TX 20%	.00	.00	.00	349.47	349.47CR
62.6.1.1.1.4	MN ISENTAS	.00	.00	7 800.00	.00	7 800.00
62.6.1.1.3	MN ALUGUER LONGA DURAÇÃO	.00	.00	8 422.20	.00	8 422.20
62.6.1.1.3.3	MN ALD VIATURAS MERCADORIAS TX	.00	.00	5 059.20	.00	5 059.20
62.6.1.1.3.5	MN ALD VIATURAS DE PASSAGEIROS	.00	.00	3 363.00	.00	3 363.00
62.6.1.1.4	OUTROS ALUGUERES	.00	.00	34 147.55	529.30	33 618.25
62.6.1.1.4.3	MN TX N	.00	.00	30 697.55	529.30	30 168.25
62.6.1.1.4.5	MN NAO DEDUTIVEIS	.00	.00	3 450.00	.00	3 450.00
62.6.1.1.5	ALUGUER DE EQUIPAMENTO	.00	.00	305.46	.00	305.46
62.6.1.1.5.2	GRENKE RENTING - CONTRATOS	.00	.00	305.46	.00	305.46
62.6.2	COMUNICACAO	.00	.00	29 716.72	.00	29 716.72
62.6.2.1	MERCADO NACIONAL	.00	.00	29 716.72	.00	29 716.72
62.6.2.1.3	MN TX N	.00	.00	27 402.37	.00	27 402.37
62.6.2.1.4	MN ISENTAS	.00	.00	1 581.16	.00	1 581.16
62.6.2.1.5	MN NAO DEDUTIVEIS	.00	.00	733.19	.00	733.19
62.6.3	SEGUROS	.00	.00	3 049.73	72.00	2 977.73
62.6.3.1	MERCADO NACIONAL	.00	.00	3 049.73	72.00	2 977.73
62.6.3.1.1	MN SEGUROS DIVERSOS	.00	.00	1 887.79	72.00	1 815.79
62.6.3.1.1.1	MN MULTIRISCOS	.00	.00	498.14	72.00	426.14
62.6.3.1.1.2	NEGOCIO SEGURO	.00	.00	207.23	.00	207.23
62.6.3.1.1.3	RESPONSABILIDADE CIVIL	.00	.00	1 182.42	.00	1 182.42
62.6.3.1.2	MN VIATURAS	.00	.00	1 161.94	.00	1 161.94
62.6.3.1.2.1	MN VIATURAS DE PASSAGEIROS C/T	.00	.00	768.75	.00	768.75
62.6.3.1.2.2	MN VIATURAS DE MERCADORIAS S/T	.00	.00	393.19	.00	393.19
62.6.5	CONTENCIOSO E NOTARIADO	.00	.00	762.00	.00	762.00
62.6.5.1	MERCADO NACIONAL	.00	.00	762.00	.00	762.00
62.6.5.1.4	MN ISENTOS	.00	.00	762.00	.00	762.00
62.6.6	DESPESAS DE REPRESENTACAO	.00	.00	633.15	.00	633.15
62.6.6.1	MERCADO NACIONAL	.00	.00	633.15	.00	633.15
62.6.6.1.5	MN NAO DEDUTIVEIS	.00	.00	633.15	.00	633.15
62.6.7	LIMPEZA, HIGIENE E CONFORTO	.00	.00	5 708.85	13.20	5 695.65
62.6.7.1	MERCADO NACIONAL	.00	.00	5 708.85	13.20	5 695.65
62.6.7.1.1	MN TX R	.00	.00	668.77	.00	668.77
62.6.7.1.3	MN TX N	.00	.00	5 040.08	13.20	5 026.88
62.6.8	OUTROS SERVICOS	.00	.00	4 038.25	.00	4 038.25
62.6.8.1	MERCADO NACIONAL	.00	.00	122.20	.00	122.20
62.6.8.1.5	MN NAO DEDUTIVEIS	.00	.00	122.20	.00	122.20
62.6.8.1.5.1	PORTAGENS C/TA	.00	.00	119.70	.00	119.70
62.6.8.1.5.2	PORTAGENS S/TA	.00	.00	2.50	.00	2.50
62.6.8.2	ENC.BANC.	.00	.00	3 916.05	.00	3 916.05
62.6.8.2.1	ENC.BANC.ISENTO	.00	.00	167.41	.00	167.41
62.6.8.2.2	ENC.BANC.TX N	.00	.00	3 748.64	.00	3 748.64
63	GASTOS COM O PESSOAL	.00	.00	521 643.76	175 732.94	345 910.82
63.1	REMUNERACOES DOS ORGAOS SOCIAI	.00	.00	41 909.56	.00	41 909.56
63.1.1	REMUNERACOES	.00	.00	29 812.95	.00	29 812.95
63.1.2	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO	.00	.00	742.98	.00	742.98
63.1.3	SUBSIDIO DE FERIAS	.00	.00	4 108.88	.00	4 108.88
63.1.4	SUBSIDIO DE NATAL	.00	.00	2 130.82	.00	2 130.82

Em 2017/03/02 as 17:04:29 por Hugo Simplicio

2016/12/31

PAG. 009

BALANCETE GERAL (ANALITICO)

(EUR)

Conta	Designacao	VALORES DO PERIODO		VALORES ACUMULADOS		SALDOS ACTUAIS Devedor/Credor
		Debito	Credito	Debito	Credito	
63.1.6	DESPESES DE REPRESENTAÇÃO	.00	.00	5 113.93	.00	5 113.93
63.2	REMUNERACOES DO PESSOAL	.00	.00	373 263.70	144 756.86	228 506.84
63.2.1	REMUNERACOES	.00	.00	270 751.85	97 168.77	173 583.08
63.2.2	SUB.REFEIÇ/I.HORARIA	.00	.00	34 771.85	11 774.75	22 997.10
63.2.2.1	SUB REFEIÇÃO	.00	.00	30 196.94	11 774.75	18 422.19
63.2.2.2	ISENÇÃO DE HORARIO	.00	.00	4 574.91	.00	4 574.91
63.2.3	SUBSIDIO DE FERIAS	.00	.00	43 313.71	28 547.31	14 766.40
63.2.4	SUBSIDIO DE NATAL	.00	.00	21 833.94	6 086.57	15 747.37
63.2.7	HORAS EXTRAORDINARIAS	.00	.00	2 592.35	1 179.46	1 412.89
63.5	ENCARGOS SOBRE REMUNERACOES	.00	.00	97 388.03	29 602.67	67 785.36
63.5.1	ENCARGOS - SEG. SOCIAL	.00	.00	71 368.87	29 602.67	41 766.20
63.5.2	ENCARGOS - CX. G. APOSENTAÇÕES	.00	.00	19 737.70	.00	19 737.70
63.5.4	ACSS ADM.CENTRAL DO SISTEMA DE	.00	.00	6 281.46	.00	6 281.46
63.6	SEGUROS DE ACIDENTES NO TRABAL	.00	.00	3 510.24	797.29	2 712.95
63.8	OUTROS GASTOS COM O PESSOAL	.00	.00	5 572.23	576.12	4 996.11
63.8.1	GASTOS DIVERSOS	.00	.00	5 572.23	576.12	4 996.11
63.8.1.1	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	.00	.00	292.68	.00	292.68
63.8.1.3	OUTROS COM IVA DEDUTIVEL TXN	.00	.00	13.95	.00	13.95
63.8.1.4	MAT.PROTECÇÃO E FARDAMENTO	.00	.00	453.30	.00	453.30
63.8.1.5	G.D. NAO DEDUTIVEIS	.00	.00	270.35	.00	270.35
63.8.1.6	SEGURO SAUDE GRUPO	.00	.00	4 504.30	576.12	3 928.18
63.8.1.7	OUTROS COM IVA DEDUTIVEL TXR	.00	.00	37.65	.00	37.65
64	GASTOS DE DEPRECIACAO E DE AMO	.00	.00	46 656.81	133.44	46 523.37
64.2	ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS	.00	.00	45 952.29	133.44	45 818.85
64.2.2	EDIFICIOS E OUTRAS CONSTRUCOES	.00	.00	898.20	.00	898.20
64.2.3	EQUIPAMENTO BASICO	.00	.00	31 716.07	133.44	31 582.63
64.2.5	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	.00	.00	2 619.50	.00	2 619.50
64.2.7	OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS	.00	.00	10 718.52	.00	10 718.52
64.3	ACTIVOS INTANGIVEIS	.00	.00	704.52	.00	704.52
64.3.3	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	.00	.00	704.52	.00	704.52
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	.00	.00	8 140.09	3.06	8 137.03
68.1	IMPOSTOS	.00	.00	1 893.06	3.06	1 890.00
68.1.2	IMPOSTOS INDIRECTOS	.00	.00	778.85	.00	778.85
68.1.2.1	IMPOSTO DE SELO	.00	.00	5.33	.00	5.33
68.1.2.2	IVA SUPORTADO	.00	.00	773.52	.00	773.52
68.1.3	TAXAS	.00	.00	1 114.21	3.06	1 111.15
68.8	OUTROS	.00	.00	6 247.03	.00	6 247.03
68.8.1	CORRECCOES RELATIVAS A PERIODO	.00	.00	3 216.66	.00	3 216.66
68.8.1.9	OUTRAS CORREC.REL.P. ANTERIOR	.00	.00	3 216.66	.00	3 216.66
68.8.5	INSUFICIENCIA DA ESTIMATIVA P/	.00	.00	.01	.00	.01
68.8.8	OUTROS NÃO ESPECIFICADOS	.00	.00	3 030.36	.00	3 030.36
68.8.8.4	OUTRAS	.00	.00	3 030.36	.00	3 030.36
72	PRESTACOES DE SERVICIOS	.00	.00	.00	887 527.05	887 527.05CR
72.1	SERVIÇOS DIVERSOS	.00	.00	.00	887 527.05	887 527.05CR
72.1.1	MERCADO NACIONAL	.00	.00	.00	887 527.05	887 527.05CR
72.1.1.3	MN TX N	.00	.00	.00	887 527.05	887 527.05CR
78	OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS	.00	.00	.00	2 794.66	2 794.66CR
78.2	DESCONTOS DE PRONTO PAGAMENTO	.00	.00	.00	1.02	1.02CR

Em 2017/03/02 as 17:04:29 por Hugo Simplicio

2016/12/31

BALANCETE GERAL (ANALITICO)

PAG. 010

(EUR)

Conta	Designacao	VALORES DO PERIODO		VALORES ACUMULADOS		SALDOS ACTUAIS
		Debito	Credito	Debito	Credito	Devedor/Credor
78.8	OUTROS	.00	.00	.00	2 793.64	2 793.64CR
78.8.2	EXCESSO DA ESTIMATIVA P/IMPOST	.00	.00	.00	2 793.64	2 793.64CR
79	JUROS, DIVIDENDOS E OUTROS REN	.00	.00	.00	1 272.23	1 272.23CR
79.1	JUROS OBTIDOS	.00	.00	.00	1 270.83	1 270.83CR
79.1.1	DE DEPOSITOS	.00	.00	.00	1 270.83	1 270.83CR
79.8	OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES	.00	.00	.00	1.40	1.40CR
79.8.8	OUTRAS	.00	.00	.00	1.40	1.40CR
81	RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO	42 319.94	.00	156 772.64	114 452.70	42 319.94
81.2	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO	42 319.94	.00	42 319.94	.00	42 319.94
81.2.1	IMPOSTO ESTIMADO P/O PERIODO	42 319.94	.00	42 319.94	.00	42 319.94
81.8	RESULTADO LIQUIDO EXERCICIO	.00	.00	114 452.70	114 452.70	.00
	*** TOTAIS FINAIS	42 319.94	42 319.94	7 293 104.15	7 293 104.15	2 099 100.35 2 099 100.35CR

03.02.05 -Activos e Passivos Financeiros (Instrumentos Financeiros):

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os activos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo.

a) Custo: estão os activos e passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- i) Sejam á vista ou tenham uma maturidade definida;
- ii) Tenham associado um retorno fixo ou determinado;
- iii) Não sejam ou incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes activos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros activos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
- Financiamentos obtidos;
- Outros passivos financeiros- Contratos para contrair empréstimos.
- Outros activos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica.

Os activos financeiros incluídos nas categorias do "custo" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

03.02.06 -Reconhecimento do Rédito:

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

03.02.07 -Subsídios:

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

03.02.08 -Provisões:

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

03.02.09 -Locação Financeira:

A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato. Assim as locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

03.02.10 -Custos de Empréstimos Obtidos:

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

03.02.11 -Transações e Saldos em Moeda Estrangeira:

As demonstrações financeiras da Entidade são apresentadas em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

03.02.12 -Benefícios dos Empregados:

Os benefícios dos emprego classificam-se em:

a) Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

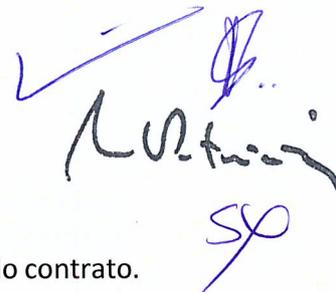
O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações é relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade).

b) Benefícios de cessação

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

04 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS (NCRF 4)

Não foram alteradas quaisquer políticas contabilísticas durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, nem se verificou qualquer alteração em estimativas



contabilísticas bem como as demonstrações financeiras deste exercício não foram alvo de correções materiais de exercícios anteriores.

05 – CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Os componentes de caixa e seus equivalentes, no final do exercício de 2016 eram os seguintes:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa:	1 388	4 095	4 224	1 259
Depósitos bancários	442 941	1 666 271	984 856	1 124 356
Instrumentos Financeiros				
Outros Depósitos bancários	500 000		500 000	
Total de caixa e equivalentes	944 330	1 670 366	1 489 080	1 125 616

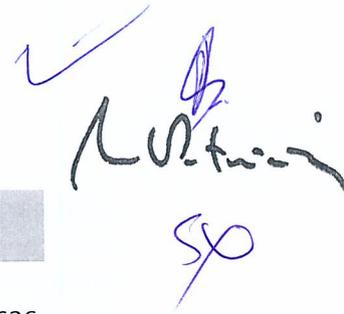
06 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31-12-2015 e em 31-12-2016, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	Edif. E Out. Construções	Equip. básico	Equip. Admin.	Outros A.F.T.	AFT Em curso	TOTAL
Quantia bruta escriturada inicial:	0	477 517	64 763	107 914	0	650 194
Depreciações acumuladas iniciais	0	370 014	57 281	25 808	0	453 103
Quantia líquida escriturada Inicial:	0	107 503	7 481	82 106	0	197 090
						0
Movimentos do Período:	8 084	-2 249	-148	-10 719	29 019	23 988
Total das Adições:	8 982	29 334	2 472	0	29 019	69 807
Aquisições em 1ª mão	8 982	29 334	2 472		29 019	69 807
Total das Diminuições:	898	31 583	2 620	10 719	0	45 819
Depreciações	898	31 583	2 620	10 719	0	45 819
Abate	0	0	0	0	0	0
Quantia líquida escriturada final:	8 084	105 254	7 334	71 387	29 019	221 078

07 - ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31-12-2015 e em 31-12-2016 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, e perdas por imparidade foi o seguinte:



 ✓

 R. V. ...

 SP

Descrição	Programas de computador	TOTAL
COM VIDA ÚTIL DEFINIDA:		
Quantia bruta escriturada inicial:	5 636	5 636
Amortizações acumuladas iniciais	2 759	2 759
Quantia líquida escriturada inicial	2 877	2 877
Movimentos do Período:	-705	-705
Total das Adições:	0	0
Total das Diminuições:	705	705
Amortizações	705	705
Quantia líquida escriturada final:	2 172	2 172

08 - LOCAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2016 a empresa dispõe de equipamentos em regime de locação operacional, cujas rendas não vencidas nos próximos exercícios se decompõem da seguinte forma:

Descrição	Equipamento Administrativo	Equipamento de Transporte	Total
< 1 ano	2 500	8 422	10 922
> de 1 ano e < de 5 anos		932	932
TOTAL	2 500	9 354	11 854

09 - INVENTÁRIOS

Não aplicável.

10 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As Vendas e Prestações de serviços em 31-12-2016 e em 31-12-2015 é detalhado conforme se segue:

Descrição	31/dez/16	31/dez/15
Prestações de serviços	887 527	790 139
TOTAL	887 527	790 139

Todas as prestações de serviços efectuadas pela empresa foram efectuadas no mercado interno.

11 - SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Não aplicável

12 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco

anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2013 a 2016 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Em 31/12/2016 a rubrica de Estado e outros Entes Públicos decompunha-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Activo	0	31 343
Imposto sobre o rendimento	0	31 343
Contribuições para a CGA/ADSE	0	0
Passivo	30 251	60 080
Imposto sobre o rendimento	12 739	37 749
Retenções na fonte de rendimentos	3 046	3 094
IVA	9 952	14 140
Contribuições para a SS	4 480	5 097
Contribuições para a CGA/ADSE	34	0

13 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

É política da Empresa reconhecer um activo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A 31 de Dezembro de 2016, a Empresa detinha os seguintes activos financeiros:

ACTIVOS FINANCEIROS	
Descrição	Quantia escriturada
Activos Financeiros:	15 034
Outros créditos a receber	15 034

A 31 de Dezembro de 2016 a Empresa detinha os seguintes passivos financeiros:

Descrição	Quantia escriturada
Passivos financeiros	116 454
Fornecedores	50 597
Outras Contas a pagar	65 857

14 - CAPITAL

A 31 de Dezembro de 2016, a Empresa detinha um capital social, totalmente subscrito e realizado, no valor de 250.000€, composto por 250.000 acções, ao valor nominal de 1 euros por acção,

O capital social da Empresa, a 2016, descreve-se como se segue:

- Município de Sintra: 100%

O Capital Próprio da Empresa a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 decompõe-se da seguinte forma:

Rubricas	31/12/2015	31/12/2015
Capital Próprio:	1 220 698	1 067 556
Capital realizado	250 000	250 000
Prestações Suplementares	302 060	302 060
Reservas Legais	54 725	43 280
Reserva DLRR	16 260	8 289
Resultados Transitados	452 481	349 474
Resultado Líquido do Período	145 171	114 453

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da Reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, a Empresa procedeu, em conformidade com a deliberação da Assembleia-Geral que aprovou as contas do exercício de 2015, ao reforço do valor da Reserva Legal no montante de 11.445,27€, e á transferência para Resultados transitados do restante valor do Resultado Líquido do Exercício no valor de 103.007,43€.

Foi igualmente efectuado o reforço da Reserva para Dedução por Lucros Retidos e Reinvestidos no valor de 7.970,79€, em resultado do benefício fiscal apurado nas contas do exercício de 2015.

15 - OUTRAS INFORMAÇÕES

15.01 – Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos tem no exercício de 2016 e 2015 a seguinte composição:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Serviços Especializados	156 366	125 384
Materiais	24 077	14 068
Energia e Flúidos	25 379	26 222
Deslocações, estadas e transportes	4 090	1 619
Serviços Diversos		
Rendas e Alugueres	49 796	24 985
Comunicação	29 717	29 815
Seguros	2 978	3 011
Contencioso e notariado	762	395
Despesas de representação	633	336
Limpeza, higiene e conforto	5 696	6 029
Outros Serviços	4 038	6 551
Total	303 532	238 414

Handwritten signature and initials in blue ink.

15.02 – Gastos com pessoal

A rubrica de Gastos com o Pessoal tem no exercício de 2016 e 2015 a seguinte composição:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Remunerações dos Órgãos Sociais	41 910	39 807
Remunerações do Pessoal	228 507	244 639
Encargos sobre remunerações	67 785	56 230
Seguros de Acidentes de Trabalho	2 713	3 390
Outros Gastos com o Pessoal	4 996	13 181
Total	345 911	357 247

15.03 -Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos tem no exercício de 2016 e 2015 a seguinte composição:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Descontos de pronto pagamento obtidos	1	0
Rendimentos e ganhos em activos	0	0
Outros	2 794	15 251
Total	2 795	15 251

15.04 -Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas tem no exercício de 2016 e 2015 a seguinte composição:

António
SO

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Impostos	1 890	1 519
Correcções relativas a exercicios anteriores	3 217	21 400
Gastos e perdas em investimentos financeiros		0
Gastos e perdas em invest. não financeiros		0
Outros	3 030	0
Total	8 137	22 919

15.05 -Demonstração dos resultados financeiros

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Gastos e perdas de financiamento		
Juros suportados	0	0
Total	0	0
<hr/>		
Juros, dividendos e outros rendimentos similares		
Juros obtidos	1 272	4 321
Total	1 272	4 321

16 – PARTES RELACIONADAS

As transacções e saldos entre a empresa e entidades relacionadas (Câmara Municipal de Sintra), nos exercícos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, são as apresentadas no quadro abaixo.

Transacções	2016	2015
Prestações de serviços	0	0
Serviços Adquiridos	6 349	0

Saldos	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores	18 837	18 837
Prestações Suplementares	302 060	302 060

Os termos ou condições praticadas entre a empresa e entidades relacionadas (Câmara Municipal de Sintra) são substancialmente idênticos aos que seriam normalmente contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

17 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração para publicação em 03 de Março de 2017. Em tal data não são conhecidos quaisquer acontecimentos com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de

Dezembro de 2016, nem outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas para efeitos do disposto na alínea b) do n.º5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

18 - PASSIVOS CONTINGENTES

Na data de aprovação das demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2016 não são do conhecimento da Administração quaisquer contingências resultantes de processos judiciais ou extra judiciais intentados contra a empresa, processos de inspeção ou de contra ordenação instaurados por autoridades públicas ou reclamações de qualquer natureza apresentadas por clientes ou outros terceiros, cujo desfecho desfavorável à empresa se apresente altamente provável e do qual possam resultar passivos firmes de valor material, para os quais, de acordo com o Princípio da Prudência, devessem ter sido constituídas provisões para riscos e encargos.

19 – INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que a empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80 de 07 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial da Segurança Social, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, não existindo qualquer acordo de pagamento prestacional.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do artigo 6º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2016 a empresa não efectuou transacções com acções próprias, sendo nulo o número de acções detidas pela empresa em 31 de Dezembro de 2016.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termo do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2 da alínea e) do artigo 6º do Código das Sociedades Comerciais.

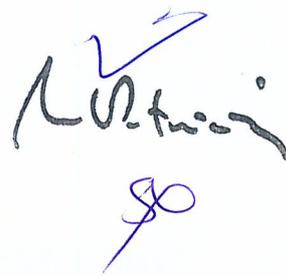
Para efeitos do n.º1 do artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2016, os valores de honorários de Revisão Legas das Contas Anuais foi de 3.780€.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da EMES – Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra, EM, SA, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016 (que evidencia um total de 1.367.402 euros e um total de capital próprio de 1.220.698 euros, incluindo um resultado líquido de 145.171 euros), a demonstração dos resultados por naturezas relativa ao ano findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 03 de Março de 2017

CAIANO PEREIRA, ANTÓNIO E JOSÉ REIMÃO

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por

Luís Pedro Caiano Pereira

ROC n° 842

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Accionista Único,

Nos termos legais e estatutários, vem o Fiscal Único submeter à Vossa apreciação, o Relatório sobre a actividade por si exercida bem como o seu Parecer sobre os documentos de prestação de contas da **EMES – EMPRESA MUNICIPAL DE ESTACIONAMENTO DE SINTRA, EM, SA** referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

No decorrer do primeiro exercício de funções o Fiscal Único desempenhou a acção fiscalizadora no âmbito das competências que lhe estão atribuídas, através do acompanhamento dos actos de gestão praticados, reuniões com o Conselho de Administração e análise da documentação considerada relevante, tendo procedido à verificação da regularidade da escrituração contabilística, das políticas contabilísticas adoptadas na preparação das Demonstrações Financeiras, da execução do plano de actividades e orçamento e da observância da lei e dos estatutos. Procedemos à emissão de relatório semestral onde apresentámos as conclusões da actividade desenvolvida ao Conselho de Administração e ao Accionista único da sociedade.

Na qualidade de Revisor Oficial de Contas da Empresa, emitimos nesta data Certificação Legal das Contas, sem Reservas e sem Ênfases.

É nossa opinião que o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração, apresenta uma exposição fiel da situação financeira da sociedade, da evolução da sua actividade, bem como dos principais factos ocorridos no exercício e da gestão exercida, dando cumprimento às disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Assim, é nossa opinião que o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração de Resultados e as notas anexas a tais demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016 se encontram em conformidade com as disposições legais e estatutárias e apresentam de forma verdadeira e apropriada a situação económica e financeira da empresa naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adoptada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Perante o exposto o Fiscal Único é de parecer:

- a) Que sejam aprovados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016;

Que seja aprovada a proposta de transferência do Resultado Líquido do exercício, de 145.170,72 €, para Resultados Transitados apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 03 de Março de 2017

CAIANO PEREIRA, ANTÓNIO E JOSÉ REIMÃO
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por

Luís Pedro Caiano Pereira
ROC nº 842

